

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Caroline Regina Rodrigues Sena

FRANÇAFRIQUE:

A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios

PORTO ALEGRE

2012

Caroline Regina Rodrigues Sena

FRANÇAFRIQUE:

A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientadora: Analúcia Danilevich Pereira

PORTO ALEGRE

2012

Caroline Regina Rodrigues Sena

FRANÇAFRIQUE:

A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data de aprovação: __/__/__

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira (Orientadora) – UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – UFRGS

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini – UFRGS

PORTO ALEGRE

2012

À minha mãe, fonte incessável de amor e estímulo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação gratuita e de qualidade que me proporcionou;

Aos professores dessa instituição, que através de seus conhecimentos e estímulo à análise crítica me ensinaram a melhor compreender o mundo;

À professora Analúcia Danilevicz, pela orientação e dedicação dispensados ao longo de todo o semestre;

Aos amigos que fiz nas dependências da Universidade, os quais fizeram da realização do curso de Relações Internacionais uma etapa agradável da minha vida e que muito me ensinaram;

À minha mãe, pelo esforço que sempre fez para que nada me faltasse, pela presença, pelo incentivo, amor e carinho que acompanham meus dias e que foram fundamentais para a realização de minha graduação;

Ao meu irmão, pelo amor a sua maneira e pela disposição permanente em me ajudar;

Ao meu noivo, pelo amor e companheirismo, pela paciência e pelo estímulo durante a realização do presente trabalho;

Aos demais familiares e amigos que me incentivam e vibram com minhas conquistas;

Ao professor Guillaume Marbot pela atenção dispensada em me auxiliar na definição do tema desse trabalho.

« L'Afrique sans la France, c'est une voiture sans chauffeur, la France sans l'Afrique, c'est une voiture sans carburant. »

Omar Bongo

RESUMO

Esse estudo analisa as relações entre a França e seu espaço colonial africano. O perfil e a manutenção de um relacionamento estreito a partir dos processos de descolonização constituiu o que François Verschave denominou como *Françafrique*. O objetivo principal é verificar a manutenção da presença francesa na África no período que sucede à descolonização do continente, mostrando que apesar das independências formais, a França permaneceu na África através de meios políticos, econômicos e militares, e que por essa razão continuou exercendo influência sobre grande parte do continente. Mais especificamente, pretende-se analisar os motivos da instalação e a da manutenção dessa política de caráter neocolonial, além de demonstrar que, apesar das mudanças formais ocorridas após o término da Guerra Fria, a política africana da França perpetuou-se sem maiores modificações em todos os governos da V República Francesa até o governo de Nicolas Sarkozy, configurando-se como uma política de Estado. Para tanto, será importante levar em conta os aspectos históricos dessa relação e os condicionantes da manutenção da presença francesa, bem como o aporte de estudiosos no assunto para, através de uma revisão bibliográfica, explicar como a *Françafrique* se consolidou e se perpetuou desde os anos 1960 até a atualidade.

Palavras chaves: *Françafrique*. *Mafiafrique*. França. África. Relações franco-africanas. Neocolonialismo. Corrupção.

ABSTRACT

This study analyzes the relations between France and its colonial space. The profile and endurance of a close relationship since colonization process has composed what François Verschave called *Françafrique*. Its main goal is to verify the continuity of French presence in Africa in the period that succeeds the decolonization of the continent, showing that, although the formal independences, France has remained in Africa through political, economic and military means, and, because of that, it had continued to maintain its influence on a big portion of the continent. More specifically, this study intends to analyze the reasons of the establishment and the continuity of this policy of neocolonial character, and to demonstrate that, although all the formal changes that have taken place since the end of Cold War, the foreign French policy for Africa remained without any serious modification in all governments of the V French Republic up to Nicolas Sarkozy, configuring a State policy. Therefore, it will be important to take into consideration historical aspects of this relationship and the facts that explain this enduring French presence, as well as the specialized researchers' works, through a bibliographic review, to explain how *Françafrique* consolidated itself and remained from the 1960's to nowadays.

Key words: *Françafrique*. *Mafiafrique*. France. Africa. Franco-African relations. Neocolonialism. Corruption.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les relations entre la France et son espace colonial. Les caractéristiques du maintien de liens étroits entre elles depuis le processus de décolonisation ont constitué ce que François Verschave a nommé la Françafrique. Le principal objectif est de montrer la continuation de la présence française en Afrique dans la période qui suit la décolonisation de ce continent, démontrant ainsi que malgré les proclamations d'indépendances la France est restée présente politiquement, économiquement et militairement, et que pour ces raisons elle a continué à exercer son influence sur une grande partie du continent. Ce travail prétend plus particulièrement analyser les raisons de la naissance et du maintien de cette politique à caractère néocolonial, ainsi que de démontrer que, malgré les changements significatifs apparus depuis la fin de la Guerre Froide, la politique de la France au sujet de l'Afrique est restée sans changements majeurs et ce quelque soit les gouvernements de la Vème République jusqu'à celui de Nicolas Sarkozy, montrant ainsi qu'il s'agit d'une politique d'État. Pour ce faire, il sera important de prendre en compte les aspects historiques de ces relations et les facteurs conditionnants le maintien de la présence française depuis le processus de décolonisation. Par le biais également de nombreux écrits de spécialistes sur le sujet, nous chercherons à expliquer comment la Françafrique a su se consolider et perpétuer depuis les années 1960 jusqu'à ce jour.

Mots clés : Françafrique. Mafrafrique. France. Afrique. Relations franco-africaines. Néocolonialisme. Corruption.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ÁFRICA COLONIAL: PERFIL DAS RELAÇÕES FRANCO-AFRICANAS	14
2.1	Os Primeiros Contatos e a Importância das Colônias	14
2.2	Vantagens Econômicas Sobre a Estrutura Colonial	18
2.3	Os Processos de Descolonização da África Francesa e o Caso Argelino	22
2.4	Legado do Colonialismo	27
2.4.1	<i>Ausência de Investimento Produtivo</i>	28
2.4.2	<i>Inadequação da Produção Para as Necessidades Locais</i>	28
2.4.3	<i>Dependência e Dívida Externa</i>	29
2.5	Conclusão	29
3	A ÁFRICA INDEPENDENTE	32
3.1	O Que é a <i>Françafrique</i> ?	32
3.2	Motivações e Formação	34
3.3	Funcionamento da <i>Françafrique</i>	34
3.3.1	<i>Cooptação das Elites</i>	38
3.3.2	<i>Presença Militar</i>	42
3.3.3	<i>Presença Econômica: o Franco CFA, as Convenções de Yaoundé e de Lomé e as Empresas Francesas</i>	44
3.4	Conclusão	49
4	A FRANÇAFRIQUE NO PÓS-GUERRA FRIA	52
4.1	Nova Política Africana da França	53
4.1.1	<i>Pressão Democrática: Entre a Teoria e a Prática</i>	54
4.1.2	<i>Mudanças no Campo Militar</i>	57
4.1.3	<i>Mudanças no Campo Econômico</i>	59
4.2	Os eventos de Ruanda e Zaire	60
4.3	A Françafrique Através dos Governos François Mitterrand (segundo mandato, 1988 – 1995), Jacques Chirac (1995 – 2007), Sarkozy (2007 – 2012)	61
4.4	Conclusão	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6	REFERÊNCIAS	73
7	ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

A visibilidade da França no sistema internacional deve-se, atualmente, a diversos fatores. Dentre eles está o fato de o país ser a quinta economia do mundo, a segunda mais importante na Europa, além de ser um dos principais líderes da integração europeia. Também ao fato de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, valendo-se, portanto, do direito de veto, e de ser uma potência nuclear e membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Apesar de um aparente declínio europeu como pólo de poder, esses fatores ainda conferem à França um papel de significativa importância nas relações internacionais. Finalmente, mas não menos relevante, o *status* internacional da França mantém-se graças à posição que detém na África, tanto em termos militares quanto de comércio (RENOU, 2002).

Após a independência de suas colônias na África, o governo francês buscou uma forma de evitar a ação do *Quai d'Orsay* – como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores francês –, através da criação e manutenção do Ministério da Cooperação. Dessa forma, a política africana da França que mais tarde viria a ficar conhecida como *le domaine réservé de l'Élysée*, é resultado de uma falta de controle parlamentar ou de outros ministérios franceses, como o de Defesa e o das Relações Exteriores. Esse domínio reservado da presidência francesa era aconselhado pela célula africana –(*cellule africaine*), cuja figura mais marcante, sem dúvida, é Charles Foccart, um dos iniciadores da *Françafrique*, juntamente com Charles De Gaulle.

O objetivo geral do presente trabalho é verificar a manutenção da presença francesa na África no período que sucede a descolonização. Como objetivos específicos observam-se os seguintes: a) analisar o perfil do colonialismo francês, de forma a procurar as razões que levaram a França a necessitar permanecer no continente africano no pós-descolonização; b) buscar no processo de descolonização elementos que expliquem o sucesso da perpetuação da presença francesa na África; c) analisar o papel da França na formação das elites africanas; d) analisar os demais mecanismos centrais de ação da *Françafrique*; e) analisar as mudanças e continuidades da política africana da França no pós-Guerra Fria.

O estudo buscará avaliar, assim, como a presença francesa na África perpetuou-se passando pelos anos pós-independências e permeando atualidade, buscando as causas dessa permanência e apontando os efeitos para a construção e organização dos novos Estados africanos. Para tanto, primeiramente será feito um levantamento histórico visando

compreender como foi a relação colonial entre a França e aqueles países, bem como analisar o processo de independências dos mesmos. Assim, serão analisados casos empíricos específicos visando formar uma compreensão global do processo.

Para avaliar a continuidade da presença e influência francesa na África, buscaremos o aporte teórico de estudiosos especialistas em política africana bem como obras fruto de uma investigação de membros da organização francesa *Survie*, de onde buscaremos exemplos empíricos para respaldar as características desiguais da política franco-africana. Essa organização, fundada pelo economista François-Xavier Verschave, tem como objetivo trazer à luz os aspectos pouco conhecidos das relações franco-africanas.

O termo “*Françafrique*” foi cunhado por François-Xavier Verschave em sua obra de 1998 *La Françafrique: Le plus long scandale de la République* (*Françafrique: o mais longo escândalo da República*) para designar o sistema nebuloso que entorna as relações da França com os países da África e, a partir de então, foi incorporado no vocabulário dos autores que tratam das relações franco-africanas pós-coloniais. François Verschave pesquisou por quase uma década as ilegalidades e os esquemas de corrupção que cercam os contatos franco-africanos desde a descolonização. A denúncia de suas investigações – que renderam inúmeras obras – certamente incomodou diversos líderes políticos. Entre eles estão Omar Bongo (Gabão), Idriss Déby (Chade) e Denis Sassou Nguesso (República Congo), que entraram na justiça para acusar François Verschave e o editor Laurent Beccaria (da editora *Les Arènes*, que publicou o polêmico livro de Verschave intitulado *Noir Silence*) por delito de ofensa a chefe de Estado. A corte de apelação de Paris, considerando o teor dos documentos apresentados por Verschave e dos depoimentos recolhidos ao longo do processo, considerou sérias as investigações de Verschave, defendendo que seu procedimento não parecia ser criticável. Dessa forma, considerou-o não culpados de delito de ofensa a chefe de Estado (FOUTOYET, 2009). A *Françafrique* é, sem dúvidas, um tema amplo, que conta inúmeras implicações sociais e políticas, tanto para a África quanto para a Europa. Por isso, a escolha do assunto como objeto desse estudo tem como motivação a ideia de contribuir na disseminação da matéria no meio acadêmico brasileiro. A literatura em português ainda carece de obras que tratem sobre o assunto, mesmo que suas origens datem de mais de cinquenta e que o tema permaneça atual.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro deles analisará o período que vai da conquista francesa de suas colônias na África, feito que configura esse país como um

dos maiores colonizadores de todos os tempos, até o início da década de 1960, quando a África francófona acede à independência – de forma geral, com a aquiescência orquestrada da França. Nesse capítulo veremos que as mudanças que a metrópole francesa instituiu no continente foram feitas de maneira a tirar proveito econômico próprio, a despeito das necessidades da população nativa, e que o investimento realizado pela França em suas colônias era planejado de forma a perpetuar a colonização, na medida em que não incentivava o desenvolvimento econômico local, muito menos a integração territorial. Veremos que enquanto as colônias foram origem de ganhos econômicos significantes para a França, bem como fonte de prestígio internacional, para as colônias a exploração por parte da metrópole francesa deixou como herança gargalos produtivos, de infraestrutura e econômicos, além da porta aberta para a manutenção da influência da ex-metrópole no período pós-colonial, tratada em mais detalhes no capítulo 2.

O segundo capítulo apresenta e define as relações franco-africanas no pós-descolonização, o que François-Xavier Verschave cunha sob o termo de *Françafrique*. Mostraremos como a França, que negociou as independências africanas enquanto cooptava suas elites para um novo esquema de relações, soube valer-se do contexto da Guerra Fria, no qual tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética toleravam sua influência na África, além da vulnerabilidade que os novos Estados independentes enfrentavam para perpetuar sua influência econômica, política e militar naquele continente. Abordaremos os mecanismos utilizados para a manutenção de influência nesses três domínios, tais como os acordos militares, o Franco CFA, as convenções de Yaoundé e Lomé e a presença de empresas francesas.

Finalmente, o capítulo três trata da evolução da *Françafrique* no pós-Guerra Fria. Nesse capítulo abordaremos como as mudanças no sistema internacional, somadas aos fracassos ocorridos em Ruanda e no Zaire, alteraram, pelo menos parcialmente, a política francesa para a África. Da mesma forma, veremos as mudanças ocorridas nos campos militar e econômico das relações franco-africanas, apontando a multilateralização que ocorreu em ambos os domínios. Por último, analisaremos brevemente os governos de cada um dos três presidentes que atravessaram o período – François Mitterand, Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy - de forma a evidenciar alguns fatos que indiquem que apesar da retórica de mudança, a política franco-africana permanece permeada pelas peculiaridades que caracterizam a *Françafrique*.

2 A ÁFRICA COLONIAL: PERFIL DAS RELAÇÕES FRANCO-AFRICANAS

2.1 Os Primeiros Contatos e a Importância das Colônias

Já no final do século XV os europeus começaram a marcar sua presença na África. Atraídos principalmente pelo ouro, mas também por especiarias e outras matérias-primas – óleo de Palma, marfim, cera, etc. - ingleses, franceses, belgas, espanhóis, alemães e holandeses acompanhavam a tendência da expansão marítima e capitalista para estabelecer laços comerciais também com a costa africana (WOOTEN, 1993). As transformações materiais, políticas e ideológicas resultantes da revolução sistêmica, caracterizada por Ribeiro (2007) como o conjunto de revoluções que se seguiram até o século XVIII - as Revoluções Atlântica, Francesa e Industrial – impulsionaram também a busca de mão-de-obra escrava na África. Essa busca por trabalhadores para suprir a demanda nas plantations do novo mundo intensificou as interações com a África (WOOTEN, 1993). Segundo Yazbek (1983) a corrida colonial foi desencadeada, então, pela necessidade que a expansão capitalista impôs aos países europeus no sentido de buscar novos fornecedores de matérias-primas e mercados nos quais pudessem aplicar seu excedente de capital e encontrar consumidores para o excesso de sua crescente produção industrial. Nesse contexto, a França mostra-se um ator preponderante.

Buscando exercer influência no continente africano, a França estabeleceu um porto para trocas comerciais em Saint Louis, no atual Senegal já em 1659. No entanto, sua participação na costa oeste da África não aumentou de maneira significativa até o século XIX. Nesse século, franceses e ingleses intensificavam seus contatos e adentravam o continente, apesar das resistências encontradas (WOOTEN, 1993). Foi em meados do século XIX, mais especificamente em 1830, que saiu de Toulon a expedição rumo a Alger, para anexar a colônia cuja independência seria, quase um século e meio depois, a mais sangrenta. Alguns historiadores alegam que esse impulso colonizador francês foi catalisado pela derrota francesa pela Prússia em 1871. As conquistas na África seriam então uma forma de compensar psicologicamente sua grandeza frente à Europa, bem como fisicamente os territórios perdidos de Alsácia e Lorena (KIWANUKA, 1972). Entre 1881 – 1883 à Tunísia, e em 1885 ao Madagascar, foi imposto um regime de protetorado¹ (BIYIDI et al., 2006). No apogeu da colonização, entre 1919 e 1939, o então império colonial francês contava com uma extensão de 12 898 000 km² - incluindo a área da pequena metrópole, de 551 000 km² - (HUILLERY,

¹ O que, segundo Carvalho (1994) representa uma "(...)forma de administração, na qual um país independente

2008) e aproximadamente 40 milhões de habitantes (RIBEIRO, 2007), sendo o segundo maior império mundial, atrás somente do Britânico.

O desenrolar desses contatos euro-africanos culminou na Conferência de Berlim, em 1885, na qual foi estabelecido um guia de conduta para os países que tinham interesses colonizatórios no continente africano. Os reconhecimentos territoriais da Conferência não tocavam, no entanto, que a costa africana, o que abriu caminho para a disputa entre os europeus pelo interior do continente. Os rumos da África foram subjugados, a partir de então, aos interesses europeus (RIBEIRO, 2007). Cinco anos mais tarde, a França já havia assinado, graças a sua posição militar vantajosa, alguns tratados com líderes locais africanos, o que acabou concedendo-lhe o "direito" de anexar, por exemplo, a parte ocidental do Sudão. A expansão pelo vale do Níger se deu de maneira parecida (WOOTEN, 1990). Segundo Ribeiro (2007), esses tratados eram assinados por europeus agindo autonomamente ou em nome de sua pátria, e estabeleciam relações de monopólio de exploração e cessão de soberania. Segundo Ferro (2002), entre 1819 e 1880 foram 118 acordos assinados, e de 1880 até o início da Grande Guerra outros 126. Com uma “guerra de pacificação”, Madagascar acabou sendo reduzido ao estatuto de colônia francesa, custando cerca de cem mil vidas das três milhões sobre a ilha (BIYIDI et al., 2006). Desta forma, a maior parte do processo francês de dominação territorial estendeu-se até o início do século XX, quando os interesses franceses puderam finalmente voltar-se para a produtividade econômica das áreas dominadas. Nessa época áreas que hoje representam Benin, Mali, Senegal, Costa do Marfim, Burquina Faso, Niger, Guiné já estavam sob domínio francês. Foi aí então que um governo-geral foi estabelecido em Dakar, no Senegal, o qual se dirigia ao Ministério da Colônias (criado em 1894), poder emanado de Paris, bem como prestava conta a esse (WOOTEN, 1993). Ademais, outros tratados foram assinados entre as potências europeias, definindo fronteiras artificiais que perduram até os dias de hoje (FERRO, 2002). Finalmente, com a vitória sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, Camarões e Togo, parte dos territórios alemães na África, ocupados pelas tropas aliadas desde 1916, se tornam igualmente possessões francesas (BIYIDI et al., 2006)².

Na construção do Império Colonial Francês, a França valeu-se da política de assimilação. Essa consistia no ensino da língua e cultura francesa aos autóctones, baseado no preceito de superioridade que norteou os países colonizadores em geral. O futuro do

² Ver anexo 1.

colonialismo mostrará que essa política não obteve muito êxito no objetivo da manutenção colonial, e mesmo, que engendrou o descontentamento dos colonizados, como veremos mais adiante no caso argelino. Ademais, em 1881 foi criado o Código do Indigenato. Esse foi aplicado a todas as colônias a partir de 1884 e instituiu o regime de desigualdades sociais e jurídicas, privando os povos colonizados de liberdades civis e políticas, como a liberdade de trabalho. Para ele existia duas categorias de população: os cidadãos franceses e os “sujeitos” franceses³, sendo esses últimos submetidos a duras sanções caso não respeessem a lei colonial. Ainda que formalmente abolido em 1946, com a criação da União Francesa, ele continuou fazendo as regras nos territórios africanos por muito tempo depois (BIYIDI et al., 2006).

Quanto à importância das colônias, Ribeiro (2007) explica que a função básica dessas era levar benefícios a suas metrópoles, além de ter rendimentos próprios com os quais pudessem se autofinanciar. Tal função foi cumprida com o estabelecimento da propriedade privada da terra, o assalariamento, e da produção do excedente, fatores que eram estranhos à população nativa, cujo trabalho se destinava essencialmente ao consumo próprio. A adaptação desses territórios à economia capitalista modificou, dessa forma, drasticamente a organização do continente africano. A implantação das *plantations* é, senão a maior, um grande exemplo dessa transformação. As áreas que eram até então públicas passaram a ser controladas por empresas metropolitanas, as quais implementavam monoculturas – de algodão, amendoim, palma - que colocavam a população nativa em situação marginal, visto que a parte predominante do povo daquelas regiões era rural. A escolha da monocultura se dava de forma a suprir as necessidades das populações e indústrias metropolitanas, as quais pagavam pelos produtos preços determinados pela metrópole. Os africanos eram assim submetidos ao trabalho compulsório, produzindo o que era demandado pela metrópole, de forma a pagar os tributos que eram exigidos para a manutenção de um sistema que lhes era imposto. Ademais, se eram obrigados a trabalhar na produção de produtos de baixo valor agregado, também eram impelidos a consumir bens manufaturados e alimentícios que não eram produzidos localmente, e cujo valor ultrapassava os de mercado. Como aponta Boahen (2010, p. 930) “Produtos tão simples e tão essenciais como fósforos, velas, cigarros, óleo comestível e até suco de laranja e de limão, que poderiam ser todos fabricados com facilidade na África, eram

³ Com a exceção do Senegal, cujos habitantes dos departamentos de Dakar, Gorée, St. Louis et Rufisque, a partir de 1916, receberam o status de cidadãos franceses. Pouco tempo depois a Assembléia Nacional Francesa já contava com seu primeiro membro provindo do Senegal (um “evoluído”, segundo a terminologia da época).

importados.”.

Os bens públicos que foram instalados nas colônias apenas foram desenvolvidos por se colocarem a serviço dos interesses da colônia. A construção de portos, estradas e demais infraestruturas, além de serem frutos da exploração do trabalho do nativo e de servir aos propósitos coloniais, deixava as diferentes regiões isoladas entre si, pois quanto mais dispersas fossem umas das outras, menor o risco da disseminação do descontentamento frente à submissão imposta. Essa falta de infraestrutura com finalidade social, somada à vulnerabilidade econômica causada pela estrutura produtiva instalada na época colonial, vai se revelar um problema no desenvolvimento dos países no pós-independências, e ser uma das razões da manutenção da influência externa.

No tocante à implementação de sistemas educativos e de saúde, esses também não foram implementados para promover o bem-estar da população local, senão para garantir o provimento de trabalhadores qualificados e conter a perda de mão-de-obra causada por doenças até então desconhecidas por aquelas populações. Nesse contexto, Ribeiro (2007) ressalta que o sistema de educação implementado para a formação de profissionais capacitados a atividades ligadas à colonização, apesar de não ter sido formulado em prol da população local, foi o germe das revoluções independentistas, pois foi o responsável pela escolarização das elites dos movimentos nacionalistas que eclodiram por volta da década de 1960.

Finalmente, as colônias eram importantes para a França na medida em que participavam da construção de um Império francês, que era tido como fonte de visibilidade e poder da França no sistema internacional - além de fonte de recursos econômicos, fundamentais para sua afirmação como potência mundial. Nesse sentido, o colonialismo francês ganha fôlego com a derrota para a Prússia da mesma forma que a ideia de neocolonialismo vai ganhar força após a Segunda Guerra mundial – quando a França é submetida à humilhação do domínio alemão – com o novo esquema de relações que começa a estabelecer com a África francófona. Nesse cenário o Império Colonial servirá para o engrandecimento de sua autoimagem. Nesse sentido, Taylor lembra que (2010, p. 53 apud ELA ELA, 2000) “sem o império, a França seria hoje apenas um país livre. Graças a seu império, a França é um país vitorioso”⁴. É por essas razões, geopolíticas e geoeconômicas,

⁴ *“without the empire, France would only be a liberated country today. Thanks to its empire, France is a victorious country”.*

que a França não abrirá mão de sua influência no continente africano, como será demonstrado nos dois próximos capítulos desse trabalho.

2.2 Vantagens Econômicas Sobre a Estrutura Colonial

No que tange a rentabilidade das colônias, o que se viu na literatura pós-emancipações foi a instituição de um debate. De um lado estão ideias como as de Jaques Marseille, economista e historiador, que após um período de engajamento no Partido Comunista guina suas ideias políticas à direita. Em 1984 Marseille publica sua tese *Empire Colonial et Capitalisme Français : Histoire d'un divorce* (“Império Colonial e Capitalismo Francês: História de um divórcio”, tradução livre), no qual refuta a ideia de que a origem das conquistas coloniais francesas foram motivadas por uma sede de riqueza. Nesse sentido, defende que a colonização travou o desenvolvimento econômico da França mais do que qualquer outra coisa. O economista viria a defender mais tarde, como cronista do jornal francês *Le Point*, ideias como a de que os imigrantes custam caro ao Estado Francês⁵. Seus trabalhos não analisam, no entanto, os motivos da busca pela manutenção dos laços entre a França e o continente africano no pós década de 1960, nem os motivos, que são claramente resultado da pilhagem europeia na África, pelos quais os africanos resolvem migrar para a França. Marseille (1985) estimou que 9% da contribuição da população francesa aos cofres do Estado era utilizado em gastos provindos das colônias – que na época estendia-se não só pela África mas também pela Ásia. Mas como bem apontou Ferro (2002), esses fundos eram destinados a gastos com os colonos - que depassava a soma de 700 mil só na Argélia quando do início da Primeira Guerra Mundial (YAZBEK, 1983) -, além do fato que por volta da década de cinquenta havia 450 mil franceses na metrópole cujos empregos estavam vinculados à existência das colônias e um aparato militar que não estava lá em benefício da população nativa. Levando isso em conta, Huillery (2008) chega a conclusão que a transferência líquida da França para a África Ocidental Francesa nunca chegou a 1% dos gastos totais do Estado. Arnault (1958), nos informa dados semelhantes aos de Ferro, apontando que 5,3% da produção francesa era destinada à exportação para o conjunto de colônias em 1952 e 500 mil franceses ligados a essas exportações – principalmente operários e agricultores -, ou seja, 3% dos assalariados metropolitanos. Ainda, Ferro aponta a

⁵ <http://www.lepoint.fr/actualites-politique/2008-04-03/bienvenue-chef-les-francais/917/0/235032>, acesso: 14/09/2012.

importância do mercado consumidor das colônias, que em 1938 importava 27% do que precisavam da metrópole, montante que subiu para 44% em 1952. Resumindo, ainda segundo Ferro (2002, p.351), “de 1913 a 1929, o Império foi o primeiro parceiro comercial e o primeiro ativo financeiro da França. Custava ao Estado, mas dava lucro ao setor privado”. Ou seja, levando em conta o número de franceses, nas colônias ou na metrópole, que desfrutavam desses gastos, mais o lucro produzido pelas colônias – pelo consumo das importações ou pelos ganhos das exportação de matérias-primas -, as proposições de Marseille se tornam frágeis. Suas conclusões parciais acerca do colonialismo francês foram, portanto, alvo de várias críticas e contrapontos.

Nesse sentido insere-se a tese de doutorado de Huillery (2008), que analisa os custos e benefícios econômicos da experiência colonial francesa. As proposições de Huillery concordam com as ideias anteriormente expostas de Ribeiro (2007), ao argumentar que a França tem pouco a se orgulhar dos investimentos públicos realizados nas colônias- que foram utilizados no pós-descolonização como justificativa amenizadora dos prejuízos causados às colônias durante o período de subordinação metropolitana -, apontando que esses se financiaram na sua quase totalidade pelas próprias populações africanas.

A autora explica em sua tese que a historiografia pós-colonial divide-se em duas correntes. A primeira, que ela chama de “anticolonial” insiste sobre os malefícios que a colonização causou aos países colonizados. Nessa corrente inserem-se autores anticolonialistas, como Samir Amin, ligados aos movimentos terceiro-mundistas, que tentam compreender os fenômenos do subdesenvolvimento tendo como respaldo os efeitos negativos causados pela colonização. A segunda corrente é a denominada “anti-arrependimento”, que defende que a colonização foi um ato de generosidade da metrópole com respeito às colônias. Nessa segunda corrente insere-se Jacques Marseille, que como vimos, defende que as colônias não foram um “bom negócio”, bem como Daniel Lefeuvre (2008).

A investigação de Huillery preocupa-se então em colher dados que mostrem o que a França e suas colônias ganharam ou perderam com o colonialismo. Analisando os ganhos da França com a colonização, encontra dados que subdivide em três seções de análise, encontradas como explicação do imperialismo por autores marxistas e comprovadas com dados empíricos. Primeiramente, analisa os ganhos comerciais dos franceses com as colônias.

Para tanto, se vale dos dados da aduana francesa utilizados por Jacques Marseille⁶ (1985 apud HUILLERY, 2008). Esses dados demonstram que no início do século XX o império colonial francês já estava entre os três principais parceiros comerciais da França, ocupando a segunda posição em 1924 e a primeira em 1928, com 12.7% das importações francesas e 17.3% de suas exportações. No período que se segue à crise de 29, o comércio com as colônias tomam um papel ainda mais importante: enquanto que as exportações francesas destinadas a seus outros parceiros teve queda de 65,8% entre 1927 e 1936, as exportações destinadas ao império colonial diminuíram apenas 1,7%. Nos anos 1930 o mercado colonial absorvia cerca de 25% das exportações francesas e entre quinze e vinte anos mais tarde essa soma chegou a 50%, tendo queda a partir de 1950, atingindo o percentual de 35%. Com esses dados a autora demonstra que o império colonial foi uma esponja para absorver mercadorias da metrópole.

A segunda seção analisa os ganhos provindos do acesso a matérias-primárias baratas. Nesse contexto, a autora destaca que as matérias-primas constituem a maior parcela das importações francesas desde meados do século XIX, sendo dessa forma o maior responsável pelo desequilíbrio na balança comercial francesa. O acesso às matérias-primas coloniais se configurou como uma transação comercial desigual, pois as exportações daquelas não correspondiam às quantidades de trabalho representadas nas importações recebidas pela metrópole. Segundo Samir Amin (1973 apud HUILLERY, 2008), essa inadequação é fruto das diferenças do aumento de produtividade entre metrópole e colônias. Enquanto a primeira aumenta seus ganhos de produtividade em altas proporções, as últimas progressam apenas no transporte, ao menos até os anos 1950, o que resultou num deterioramento progressivo dos termos de troca entre esses dois centros. A autora cita o exemplo do Senegal, onde os senegaleses recebiam em 1957 um sétimo do valor real que recebiam em 1911 pelos mesmos produtos. Jacques Marseille (1985), por sua vez, a despeito desses dados, aponta uma estagnação dos termos de troca para alegar que os preços das matérias-primas coloniais não eram baixos, pois desconsidera totalmente o preço em quantidade de trabalho em suas análises.

Ainda, Jacques Marseille e Daniel Lefevre defendem a ideia de que os produtos

⁶ Jacques Marseille em sua tese assume uma certa importância comercial das colônias para a França até aproximadamente os anos 1950. Sua tese, no entanto, defende que no período que se seguiu às independências, a despeito do rompimento formal da preferência comercial francesa com suas colônias, a economia da França não foi de forma nenhuma afetada. Sua explicação transcorre na linha do surgimento de novos setores industriais, os quais eram independentes das colônias.

primários⁷ importados das colônias pela França não eram nem raros nem vendidos a preços inferiores aqueles do mercado mundial. Eles tomam como exemplo alguns casos da década de 1950, onde a França comprava produtos coloniais a preços acima daqueles praticado em outros mercados, sem prevenir aos leitores que nessa década (especificamente em 1952) foi instituída a política de preços garantidos pela metrópole, com a instituição do *Code de travail d'outre mer*, ou seja, omitindo o fato de que a realidade apontada por eles não é anterior à essa data. Além do mais, Huillery argumenta que os preços de mercado de vários produtos à época eram formados pelos preços de mercadorias de outras colônias, cuja produção se destinava a monopsonios metropolitanos, garantindo um preço muito inferior aos que seriam estabelecidos na ausência do colonialismo, pela ausência de concorrência real.

Finalmente, a terceira seção analisa o investimento rentável dos capitais nas colônias. O excesso de capitais franceses encontraria uma rentabilidade mais elevada nas colônias, pois nessas o capital ainda era muito escasso à época. Graças a possibilidade de mobilidade de capitais, somada à diminuição dos custos de transação possibilitada pelo domínio político francês sobre as colônias (diminuição da distância linguística, direitos de propriedade, moeda comum, preço confiável, acesso à informação, etc.) os investidores franceses poderiam investir seus capitais com mais facilidade e segurança. Os investidores franceses ainda eram atraídos pelo fato de o poder público colonial ter instalado a infraestrutura necessária a suas transações, o que serviu de estímulo e suporte à instalação de empresas metropolitanas nas colônias. O negócio mais rentável segundo a pesquisa da autora foi o do setor minerador, que registra taxas de lucro que vão de 70 a 120% em 1913. A atratividade proporcionada pela segurança da dominação política e a rentabilidade elevada do capital nas colônias resultou em 200 sociedades criadas antes de 1914 e outras 208 entre 1919 e 1929. Biyidi et al. (2006) argumentam que o império capitalista francês sempre foi próspero e citam o exemplo da CFAO (Companhia Francesa do Oeste da África), que criada na época da colonização é hoje uma grande corporação.

Huillery (2008) chega, dessa forma, à conclusão que, contrariamente ao que dizem alguns autores, o balanço feito com dados empíricos não foi negativo para a França, ao menos até os anos 1950. Ela critica o que chama de miopia dos historiadores que se atem aos dez últimos anos da colonização para alegar que a colonização francesa não era vantajosa para a metrópole. Nesse contexto, começamos a delinear com mais clareza os objetivos do presente

⁷ Sendo esses principalmente amendoim, borracha, madeira, fosfatos, cacau, açúcar, arroz, vinhos, café.

trabalho, pois as justificativas econômicas que motivaram a França a manter laços estreitos com as ex-colônia no período que se segue à onda independentista dos anos 1960 começam a se desenhar.

2.3 Os Processos de Descolonização da África Francesa e o Caso Argelino

Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial foram certamente um papel enfraquecedor para as potências coloniais. No caso francês, o fato de a França ter sido dominada pela Alemanha, a despeito de sua posterior reação, tornou visível suas fragilidades, fato que demonstrou a suas colônias que não era invencível (MAZRUI, 2010). A importante participação dos povos colonizados na vitória contra um regime racista fortaleceu as reivindicações anticoloniais no sentido de reclamar a autodeterminação dos países do Império Colonial Francês. A legitimidade colonial também foi abalada com a criação da ONU, quando as potências recém independentes, à exemplo da Índia, ingressavam na organização e endossavam os protestos pela descolonização que emanavam das regiões ainda sob controle colonial. Nesse contexto, temos conferência de Bandung em 1955 como um claro exemplo da mobilização dos países então chamados de terceiro-mundo, ao passo que, na própria França, são criados sindicatos e partidos políticos pressionando a França a devolver a autonomia a suas colônias (BIYIDI, 2006).

É nesse sentido que Ribeiro (2007) argumenta que no período que se seguiu à Segunda Guerra, houve uma reivindicação pela independência pelas colônias. Isso, somado ao fato de que alguns dos grupos empresariais instalados na África já eram suficientemente autônomos para atuar nas então colônias sem o respaldo metropolitano direto, teria dado respaldo à criação de uma política de descolonização lenta e controlada.

A passagem da política de exploração anterior à Primeira Guerra para a política de “valorização” defendida pelo então ministro das Colônias Albert - em sua obra *La mise en valeur des colonies françaises*, de 1923 - no entre guerras não mudou a finalidade máxima da colonização, qual seja, o enriquecimento da metrópole às custas das colônias. Antes mesmo de a Guerra terminar, em 1944, a metrópole já havia percebido as primeiras manifestações de descontentamento das colônias, e decide reunir-se com os administradores coloniais para planejar algumas reformas administrativas que fazia parte da necessidade da França, como apontou Visentini (2007a, p. 107), de “cooptar as elites africanas para um novo esquema de

relacionamento”. A Conferência de Brazzaville de 1944 prometeu às colônias mais integração com a comunidade francesa, ressaltando a necessidade de uma maior representação das colônias no parlamento francês, visando acalmar os ânimos reivindicatórios e conciliar uma maior autonomia sem que essa escape ao poder de controle francês. Em 1945 a França assina a Carta da ONU, carta que proclama a necessidade de autodeterminação dos povos. Da mesma forma, em 1946, ocorreu a criação da União Francesa - que passou a considerar as colônias como “territórios além mar” (SURET-CANALE, 2012) - fruto da constituinte criadora da IV República -, para melhor administrar a onda independentista que se desenhava.

Seguindo-se a esses acontecimentos, é criado o RDA (União dos Povos Africanos) - com ligações com o Partido Comunista Francês. Fazem parte desse partido o líder da Costa do Marfim, Houphet Boigny e Sékou Touré da Guiné. Outro partido criado à mesma época é o BDS (Bloco Democrático Senegalês), pelo líder Sedar Senghor, partidário de uma federação. O afastamento da Costa do Marfim da RDA resulta num maior apoio à descentralização administrativa, afastando-se dos ideais de Senghor e colaborando com a criação da *Loi Cadre* (Lei Marco) de 1956 que delega uma descentralização administrativa das colônias, ampliando os direitos eleitorais e abrindo ainda mais espaço para os ideais de independência. É nesse contexto que ocorre o Congresso de Dakar, em 1957, no qual encontram-se as lideranças eleitas nas eleições resultantes da Lei Marco, as quais demonstram-se independentistas (RIBEIRO, 2007).

A derrota na Indochina e a dificuldade da guerra da Argélia resultam no fim da IV República e na constituição de 1958, que substituiria a União Francesa pela Comunidade Francesa - que se apresentava sob a forma federalista, mas era limitada pela atuação metropolitana. Nesse contexto, De Gaulle - que subiu ao poder através da operação “*Réssurrection*” em maio daquele ano - realiza um referendo no qual os países que votassem pelo “sim” fariam parte da Comunidade, e os que votassem pelo “não” poderiam aceder à independência, que era possível através dos artigos 78 e 86 da nova constituição. É votando pelo não que a Guiné de Sékou Touré se torna independente e adentra ao hall do “socialismo africano” em 1958. Segundo Ferro (2002, p. 377):

“Na eleição sobre a Comunidade, em 28 de setembro de 1958, houve 7 471 000 “sim” e 1 120 000 “não”, dos quais 636 mil na Guiné. Sékou Touré recusara que lhe “outorgassem” uma opção, mandara votar “não”, de modo que a Comunidade se compôs, além da França, de doze Estados que gozavam de autonomia interna. Mas, antes mesmo que as instituições comuns a todos eles estivessem funcionando, já havia alguns que se

juntavam – o Senegal e o Sudão Francês, para formarem a Federação do Mali -, e exigiam a independência um ano depois de terem aceitado entrar na Comunidade. Os outros fizeram o mesmo, apesar das resistências de Houphet-Boigny [da Costa do Marfim], que apreciaria uma comunidade franco-africana duradoura. “Eles estão indo embora”, disse De Gaulle. E deixou-os partir.”

A Comunidade composta pelos demais países que votaram pelo sim desgasta-se logo por causa do centralismo francês. Já em 1960 o Senegal e o então Sudão Francês (Mali, Níger e Alto Volta – atual Burkina Faso) demandam sua independência. Era o início do que ficou conhecido como *o ano africano*, ano em que a maioria dos países africanos se tornaram independentes dentro da linha “pacífica”, gradual e controlada. Da mesma forma, os Estados restantes da África Ocidental francesa - o Daomé (atual Benin), Costa do Marfim -, o Camarões, o Togo, a África Equatorial francesa - Chade, atual República Centro-Africana, Congo (atual República Popular do Congo) e Gabão – bem como a Mauritânia se tornam independentes (VISENTINI, 2007a).

O Madagascar, que em 1947 teve uma insurreição independentista - incentivada em grande parte pelos soldados que retornavam à ilha depois de sua participação na Segunda Guerra ao lado dos aliados - duramente reprimida (culminando em um saldo de cem mil mortes representando, à época, uma vida perdida para cada quarenta no país (PRESNOT, 2011) também acabou por se tornar membro da Comunidade em 1958 e por tornar-se independente em 1960 sob a liderança de Philibert Tsiranana, que estabeleceu um regime de tendência neocolonial.

É pelo que foi dito que Mazrui (2010) explica que, ao contrário do Império Britânico, o Império Francês decidiu o ano que marcaria o fim da luta pela independência – exceto para um grupo específico de países. Seu argumento se baseia no fato de que enquanto as independências das ex-colônias britânicas se deram no período que vai de 1957 a 1965, as das colônias francesas ocorreram notadamente em 1960⁸.

A Independência da África Negra foi, dessa forma, mais fácil do que a da Argélia, pois como disse Clapham (1996), os franceses não quiseram repetir na África negra, embora essa fosse mais fraca, as tentativas de derrotar os movimentos nacionais, como fora feito na Indochina e na Argélia.

A força da resistência dos povos africanos, nascida com o ímpeto da expansão

⁸ Para datas das independências das colônias francesas, ver anexo 2.

européia, mas apaziguada por mais de uma centena de anos, ressurgiu intensa, como vimos, com o fim da Segunda Guerra, quando, como disse Ferro (2002 p. 346) houve “uma espécie de segunda ocupação colonial, mais preocupada com a rentabilidade e controlando de perto todos os aspectos da produção agrícola”. No Magreb, após a Segunda Guerra o nacionalismo argelino, descontente com as promessas enganosas de independência feitas por De Gaulle como meio de valorizar a participação argelina no conflito, é reascendido e dará origem a um país renovado, e líder no movimento nacionalista contrário à influência francesa (YAZBEK, 1983).

Sendo a primeira região ocupada pelos franceses no século XIX, a Argélia diferia-se das colônias africanas na medida que era tida como uma prolongação da metrópole francesa. Com o status de departamento francês, é, oficialmente, parte de seu território. No entanto, nem todos seus habitantes têm direito à nacionalidade francesa, como será visto a seguir. A importância atribuída a essa “colônia” pode ser melhor compreendida a partir da compreensão da atenção dada pela metrópole, não só política como economicamente. Marseille (1985) aponta a seguinte distribuição dos capitais franceses – públicos e privados - pelo império colonial: cerca de 60% para África do Norte (quase a totalidade desses para a Argélia), 15% para o oeste africano, e 18% para a Indochina.

A colonização da Argélia, anexada oficialmente em 1865 (YAZBEK, 1983) se deu com a chegada de colonos franceses que se estabeleceram nas melhores terras da região expulsando os nativos que lá viviam. A realidade que se seguiu a esse estabelecimento não foi mais igualitária: os árabes não participaram da administração política, eram uma minoria a exercer profissões conceituadas como a medicina e arquitetura, e tiveram que se submeter ao ensino em francês e ver sua língua materna ser classificada como estrangeira. A colonização na Argélia deu origem aos chamados *pièds noirs*, franceses que lá se estabeleceram e deram origem a descendentes que, com raras exceções, não foram fruto de casamentos com nativos (WOOTEN, 1993).

Os colonos modelaram o país de forma a que a Argélia se dotasse do papel de complemento da economia francesa, através de indústrias (incipientes) que transformavam matérias-primas destinadas à exportação. Modificaram sua estrutura produtiva à despeito das necessidades locais, tendo como exemplo maior, as plantações tradicionais de cereais – que serviam de alimento à população nativa – por produtos de necessidade metropolitana, como a vinha, utilizada na produção de vinho destinado exclusivamente à exportação (sobretudo pelo

fato de que a religião muçulmana condena o consumo de álcool) (POERNER, 1966). Ademais, tentou-se modificar e assimilar a sociedade como um todo, da economia à cultura e religião. Quando da anexação oficial da Argélia, o governo francês lançou um decreto que daria a cidadania francesa a todo argelino que renunciasse seu estatuto de muçulmano (YAZBEK, 1983), no entanto, a maioria dos argelinos não aceita essa nacionalização. O direito de voto só garantido aos muçulmanos a partir de 1919, mesmo assim, com a condição de que sejam ex-combatentes, proprietários ou funcionários da administração pública (BIYIDI et al., 2006).

Se a colonização argelina não se deu da mesma forma que a de outros países africanos, sua guerra pela independência não foi diferente. Com o reordenamento ocorrido após à Segunda Guerra Mundial nas relações internacionais, as lideranças que viriam a reivindicar o direito a liberdade, eram formadas essencialmente das elites que puderam se beneficiar do “progresso” que os franceses alegavam ter levado aquele país. Foi o mesmo dito progresso, do qual os franceses vangloriavam-se, que fez desse país um dos vanguardistas do processo pela independência África francesa. A luta pela independência argelina foi longa e custosa, sobretudo em número de vidas, cem mil por ano, em média, segundo Yazbek (1983), e determinaria o futuro do país que resistiu a uma subordinação de caráter neocolonial.

O colonialismo criou um sistema que não conseguia absorver toda a sociedade, que deixava uma parcela muito grande da população à margem. Essa situação foi criando um descontentamento crescente, com o qual o governo francês não soube lidar. O povo argelino não se contentava com a ampliação do número de eleitores e com propostas como aquelas provindas da Conferência de Brazzaville em 1944, não queriam mais ter um poder de decisão limitado. O mesmo acontece com o decreto do Estatuto Argelino, em 1947, que não garantia independência política à Argélia, mas apenas uma administração local independente que seria representada no parlamento francês. O povo argelino estava cansado dos longos anos de submissão - aos otomanos e, agora, aos franceses -, e estavam decididos a lutar por uma Argélia para os argelinos.

O governo francês, por sua vez, não admitia a perda da Argélia, “A Argélia é a França e a França não se negocia”, declarava o então ministro do interior François Mitterand. Na tentativa exasperada de reestabelecer à ordem na Argélia, e temendo as consequências da nascente solidariedade terceiro-mundista nascida em Bandung, a França procurou modificar sua política colonial, reconhecendo a originalidade da cultura argelina, tal como religião e

língua. Essa modificação não surtiu efeitos e logo a França apelou para políticas mais duras, como foi com o sequestro do avião que transportava líderes da Frente de Libertação Nacional, onde estava o futuro presidente Ben Bella. A Argélia contava à época com a ajuda dos vizinhos Marrocos, Tunísia, do Egito de Nasser, bem como de parte da França, descontente com os caminhos que a guerra ia seguindo. A parcela da França que não concordava com a ideia de que a Argélia era dos franceses, Sartre entre eles, colaborava com o movimento independentista através do envio de material bélico aos rebeldes.

Em mais uma tentativa de controlar o processo de independência argelina, De Gaulle lança o plano de Constantine, que previa um desenvolvimento acelerado daquele país, além da devolução de parte das terras tomadas dos nativos durante a conquista colonial. O regime francês, abalado pela guerra da Indochina e com o prestígio internacional em baixa pelas mortes geradas tanto na Indochina quanto Argélia, além do insucesso desse e de outros planos de manutenção colonial, entra em uma crise que coloca fim à IV República Francesa. Três anos mais tarde, em 1958, com um De Gaulle, a despeito das forças contrárias, mais aberto à ideia de autodeterminação argelina, é realizado um referendo na França, através do qual se revelou que 75% da população é a favor da independência da Argélia. Um ano depois, em 1962 era declarada a independência, com um saldo de mais de um milhão de mortes, a grande maioria nativos. No imediato pós-descolonização, a vontade de De Gaulle de manutenção de relações próximas com a Argélia foi mantida. No entanto, o regime instalado era de ideologia socialista e a constituição da Argélia foi pautada pelo neutralismo. Já em 1973 Argel sediava a IV Conferência dos Países Não-Alinhados, demonstrando as tendências de política externa que o país seguiria adotando. Sob o governo de Ben Bella, além das nacionalizações, foram feitas planificações econômicas, que priorizavam a indústria – visando a independência econômica – e organizavam a reforma agrária (YAZBEK 1983). Apesar de ter adotado uma postura anticolonial no imediato pós-independência - e de ter liderado outros países no mesmo sentido -, as relações franco-argelinas se reaproximaram no limiar dos anos 1990, adentrando ao hall da chamada *Françafrique*, como se verá mais adiante.

2.4 Legado do Colonialismo

Tantos anos de influência, pilhagem de matérias-primas e transformações estruturais, levadas à cabo durante a colonização, não puderam ser deixados de lado com a

independência política. A colonização deixou seu legado, que foi a brecha através da qual a manutenção de laços muito semelhantes aqueles do período colonial foram estabelecidos no período que se seguiu, como veremos no capítulo 2.

2.4.1 Ausência de Investimento Produtivo

Nos países onde a exploração deu-se predominantemente pela instituição de monoculturas, o que se caracteriza notadamente nos países da África equatorial – por exemplo Camarões -, as empresas francesas eram estritamente comerciais, e não se preocuparam em fazer investimentos de outro tipo. Elas valiam-se de uma situação de quase monopólio que lhes proporcionava a possibilidade de impor preços de compra muito baixos ao mesmo tempo que impeliavam os nativos a comprar produtos importados de baixa qualidade que vinham da metrópole. Essas empresas não introduziram novas técnicas agrícolas (principalmente porque na maioria das áreas a colheita era feita pela mão-de-obra explorada dos nativos, o que não incentivava nenhuma política a esse respeito). Como consequência, as colônias francesas no período que se seguiu à independência se mantiveram no mesmo patamar econômico e não tiveram os meios de desenvolver uma economia competitiva à nível mundial (HULLERY, 2008).

2.4.2 Inadequação da Produção Para as Necessidades Locais

A economia desenvolvida nas colônias foi desenhada de forma a satisfazer as necessidades europeias. Portanto, os investimentos realizados para a criação de infraestrutura criou portos e caminhos de ferro para o escoamento da produção destinada a metrópole, e não para integrar as populações e produções locais. Além disso, a produção agrícola foi igualmente condicionada à produção de bens de interesse metropolitano. Nesse caso, países como o Senegal e a República Centro Africana se encontraram com uma vasta produção de amendoim e algodão – respectivamente -, itens cuja utilização pouco servia à população local. Ademais, as estruturas financeiras instaladas nas colônias, ainda que respondessem às necessidades europeias, em nada serviram para os países independentes. Grandes obras de administração – o que, de acordo com Clapham (1996), permaneceu depois do processo

emancipatório⁹ - com muitos assalariados bem remunerados, condizente muito mais com a realidade francesa do que com a colonial foram implantadas e subvencionadas com dinheiro do contribuinte colonial. Todos esses fatores, juntos, contribuíram para entravar o desenvolvimento dos países que iam, ao menos formalmente, se desvencilhando do poder metropolitano.

2.4.3 Dependência e Dívida Externa

Em decorrência do que foi supracitado, é fácil de entender que os países recém libertos do colonialismo formal se tornassem dependentes do exterior. As monoculturas que tomaram o lugar da agricultura de subsistência alteraram a estrutura produtiva local de forma que sua modificação fosse complicada a de desenvolver. Além do mais, a estrutura produtiva agrícola se revelou muito inconveniente frente à abertura ao exterior, sendo muito sensível às flutuações do comércio internacional. Pelo pouco, ou inexistente, investimento produtivo realizado nas colônias, somado à falta de coesão deixada pela criação de uma infraestrutura oportunista, esses países se tornaram não só vulneráveis, como também demandantes de auxílio externo. Segundo Boahen (2010), a negligência da metrópole frente à industrialização colonial, junto com a destruição das indústrias incipientes existentes antes das conquistas, é um dos legados mais graves do colonialismo. Isso porque, não sendo industrializados, a despeito do domínio político, ficou difícil de substituir os europeus no domínio econômico. Nesse contexto se encontra outro problema que acompanhou os países independentes. Segundo Huillery (2008), a colonização deixou as então colônias acostumadas a viverem de crédito, sem cobrá-las uma maior rigidez financeira. Esse fato, somado com a cultura dos altos gastos instaurada no período colonial mostram-se as origens do grande endividamento que assola os países africanos ainda hoje.

2.5 Conclusão

A colonização, apesar de representar um breve período na história da África, será o episódio mais marcante na construção de seu presente. O legado deixado pela ação da antiga

⁹ "Many Africans were, by the time of independence, already working within the bureaucracies that colonial officialdom had established (...) and thereby acquired an interest in their preservation. Both models of administration and language of rule followed the colonial pattern." (CLAPHAM, 1996, p. 35)

metrópole resultará em problemas difíceis a serem superados. O maior deles, como será visto no próximo capítulo, é a manutenção da presença francesa no continente, que se perpetuará a despeito das necessidades mais elementares das populações, enriquecendo as elites francesas e africanas. Tal política, como veremos, não sofreu variações significativas ao longo dos diversos governos franceses. Sua perpetuidade comprova que a política neocolonial francesa é uma política de Estado, que apesar de se basear em um forte controle presidencial, desenvolvendo relações diretas com líderes africanos, não sofre mudanças significativas com os diferentes governos, sejam eles direita ou de esquerda.

O processo descolonizatório que mostrou ser penoso para a França na Indochina, teve sua experiência repetida na longa guerra da Argélia. Por essa razão, a França atuou de maneira diferente na África negra. Segundo Clapham (1996), o grau de hostilidades com o qual os líderes nacionalistas opuseram o regime colonial determinou as relações daqueles países com o exterior. Dessa forma podemos concluir que a concessão das independências dos países da África negra francesa se deu de uma forma mais amistosa de modo a possibilitar à França a manutenção de relações próximas aqueles países no período posterior às independências.

Nesse contexto, a Guiné e a Argélia serão, dois países difíceis (embora mais tarde acabem por ceder à França) de serem cooptados pela política pós-colonial da França. Sekou Touré, devido ao rompimento com De Gaulle, buscará, no período que se sucede a sua independência precoce, ajuda à Gana do líder continental do anticolonialíssimo Kwame Nkrumah (Clapham, 2006), bem como aliança com as potências bipolares, realidade que não mudará até sua morte em 1984. Contrariamente, às relações com a Costa do Marfim se darão de uma maneira tão amistosa e personalista que a ruptura colonial mal pôde ser sentida.

Apesar do que foi demonstrado, ainda há aqueles que defendem que as independências das colônias francesas foi, a despeito da resistência francesa, algo benéfico para a economia francesa, que se livrava de um fardo. Jacques Marseille que escreveu sobre “as custosas colônias francesas” e de Daniel Lefreuve, que qualifica as colônias como um “*tonneau des Danaïdes*”¹⁰. A pesquisa de HUILLERY (2008) concorda com o argumento de Marseille no diz respeito ao desvio de mercado ocasionado pelas relações comerciais privilegiadas da metrópole com sua colônia. Nesse contexto, a França teria tido custos indiretamente, por ter

¹⁰ As “*Danaïdes*” são figuras da mitologia grega, as quais, tendo sido obrigadas a casarem-se com seus primos, assassinam-nos e são condenadas ao inferno, onde são obrigadas a encher eternamente barris sem fundo.

mantido certos setores declinantes de sua economia em detrimento do desenvolvimento de outros mais promissores. No entanto, ao analisar os gastos franceses com as colônias, percebe-se que a quase totalidade dos investimentos realizados nas colônias eram financiados por elas mesmas, como bem descreveu Yazbek (1983, p. 8) “[a] força de trabalho que, explorada de forma intensa pelos colonos, era o combustível que movia a máquina colonizadora”. Por fim, levando em consideração a abertura de mercados, tanto consumidor quanto de fornecedor de matérias-primas, com exclusividade para a França, e a possibilidade de investimento lucrativo – sobretudo no setor bancário e comercial -, o argumento de que as colônias africanas foram caras e nada aportaram para a França além de ilógico se mostra frágil por tudo o que foi demonstrado. Ademais, tal argumento vai contra a realidade existente no período posterior às independências, quando o governo francês empenha-se para que, a despeito das formalidades, tudo permaneça como vinha sendo nas relações Franco-africanas. É o que se demonstrará no próximo capítulo do presente trabalho.

3 A ÁFRICA INDEPENDENTE

3.1 O Que é a *Françafrique*?

Segundo Chazan (1992) nenhum outro Estado europeu manteve uma política africana que possa ser comparada ao empreendimento francês. No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética –embora em menor escala – concordavam com a concepção de a África francófona estar sob influência francesa. Embora ambos os países tivessem aumentado suas presenças no continente, lá estavam muito mais para balancear um ao outro do que para conter a influência francesa. A União Soviética de Krushev, por exemplo, via, à época da guerra da Argélia, a França de De Gaulle como um desafio à hegemonia norte-americana na Europa ocidental, e por isso só se aproximou da Argélia depois que seus laços de dependência com a França romperam-se. Os Estados Unidos, de forma semelhante, não se envolveram muito na África, pelo menos até 1975, pois julgavam que a atuação inglesa, mas sobretudo francesa¹¹, no continente estava de acordo com suas necessidades políticas. A Grã-Bretanha, por sua vez, depois da independência de suas colônias, viu sua atuação no continente declinar. Embora mantivesse sua preocupação comercial com alguns países na África, voltava suas atenções para entrar no Mercado Comum Europeu. Desta forma, como assinala Visentini (2007b, p. 174) “Paris logrou manter a África como sua área de influência (...). E isto durante a plena vigência do confronto Leste-Oeste”.

É por essa razão que Visentini (2007a, p. 147) defende que “durante a Guerra Fria, a África fora uma zona de influência predominantemente europeia, com a França exercendo o papel de gendarme”. Foi devido à margem de manobra supracitada que os laços pós-coloniais entre a França e suas ex-colônias (mas não só elas) puderam se fortalecer, como veremos em seguida.

O conceito de *Françafrique* deriva do paradoxo da descolonização das colônias francesas, que, a despeito de uma autonomia formal, mantiveram ligações com a ex-metrópole, ligações essas que em muito assemelhavam-se com aquelas do período imediatamente anterior ao processo descolonizatório. A estrutura das relações pós-coloniais franco-africanas foram pensadas de forma a estar o mais próximo possível do *status quo*. Dessa forma:

¹¹ Aqui podemos ressaltar, por exemplo, o apoio incitado pela França aos Estados francófonos à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em despeito do o *Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, de orientação marxista, incitado pela França aos Estados francófonos .

“Cultural, econômica e militar, e então, politicamente, os novos Estados francófonos independentes permaneceram ligados à metrópole, e a sucessão de presidentes franceses desde De Gaulle cultivaram e estenderam essa esfera de influência” (CHAZAN, 1992, p. 379)¹²

Como vimos no primeiro capítulo, a onda de independências que assolou o a parte negra do império francês na África foi administrada para que não houvesse nem muito desgaste, nem rupturas. A França, dando-se conta da irreversibilidade do processo descolonizatório fez manobras no sentido de conferir, progressivamente, autonomia a suas colônias, ao mesmo tempo que cooptava suas elites para um novo tipo de relações. Nesse sentido, em 1955, Félix Houphouët-Boigny – personalidade que se tornou cinco anos mais tarde o presidente da Costa do Marfim – criou a expressão “*France-Afrique*” para definir as boas relações que desejava estabelecer com a França. No entanto, a arquitetura dessas independências, através de seus acordos de contrapartida com a França, impediu que a descolonização fosse muito além da formalidade.

Com o desenrolar das relações pós-coloniais e os acontecimentos que levarão François Verschave (1998) a chamá-las de “o maior escândalo da República”, o termo de Boigny é adaptado por esse autor para *Françafrique* - palavra que, além de representar o continente africano como sendo o prolongamento da França, deixa implícita a ideia do que representa, através do trocadilho feito com *France à fric* – no qual *fric* é uma gíria utilizada para designar dinheiro. Verschave, através de uma longa investigação, comprovou que as relações entre a França e o continente africano foram, no período que se seguiu à ruptura colonial, baseados na corrupção, no clientelismo. Essa política iniciou-se na década de 1960, no imediato pós-independências – com o envio de técnicos e professores e a cooptação política sob o nome de *la Coopération* – (CHAZAN, 1992) e perdura até os dias de hoje como se verá no próximo capítulo desse trabalho.

A *Françafrique* designa, dessa forma, um conjunto de atores políticos, econômicos e militares que desenvolvem na África uma política paralela à oficial¹³. Tal política visa manter os países africanos dependentes da França bem como busca garantir o provisãoamento de matérias-primas às empresas francesas. Esse sistema de pilhagem é uma atividade lucrativa para a elite francesa e africana, uma minoria frente à população que sente seus resultados. Os

¹²“Culturally, economically, militarily, and thus, politically, the newly independent francophone states remained bound to the metropole, and successive French presidents since De Gaulle have cultivated and even extended this sphere of influence.”

¹³ Conhecida como “*cellule africaine de l'Élysée*” (célula africana do Elysée), é uma instância capaz de agir sem o controle parlamentar ou ministerial (FOUTOYET, 2009).

lucros das empresas francesas aumentam graças a esse sistema, o que também acontece com os chefes de estado africanos, que aumentam seus patrimônios através do desvio de dinheiro de ajuda humanitária e de esquemas de corrupção com empresários (FOUTOYET, 2009).

Nas palavras de Verschave:

“A *Françafrique* designa um conjunto nebuloso de atores econômicos, políticos e militares, na França e na África, organizado em redes e lobbies, e polarizados sobre a apropriação de duas rendas: as matérias-primas e a ajuda pública ao desenvolvimento. A lógica dessa punção é de proibir a iniciativa fora do círculo dos iniciados. O sistema, autodegradante, se recicla na criminalidade. Ele é naturalmente hostil à democracia”. (VERSCHAVE, 1998 apud CAPRON, 2006)¹⁴

3.2 Motivações e Formação

Chazan (1992) argumenta que a continuidade francesa na África explica-se pela grandeza que a África representou para o Império Francês, que foi, inclusive, fonte econômica de importância crucial para a França no movimento do *Free French* e no Governo Provisório de De Gaulle. A autora defende, ainda, que a presença duradoura da França no pós-descolonização foi determinada pela geopolítica e história. As forças que De Gaulle reuniu no em Brazzaville – em 1941, quando a cidade se tornou capital da França livre – bem como aquelas que o levaram ao poder em 1958, configuraram um consenso nacional da África como uma esfera de influência francesa. Como foi discutido anteriormente, a continuação da presença francesa foi programada quando da percepção da irreversibilidade dos movimentos independentistas, que começaram a ser controlados para garantir a manutenção das boas relações com os governantes africanos. As novas elites africanas, por sua vez, começaram a ser cooptadas antes mesmo da ruptura formal com a França. Depois de independentes, essas mesmas elites, enfrentando problemas e conflitos domésticos, acabam recorrendo ao apoio externo. As potências, por sua vez, estão preocupadas na divisão de poder no continente à época, e estão, dessa forma, dispostas a ajudar de forma a ter mais influência sobre mesmo.

¹⁴ « *La Françafrique désigne une nébuleuse d'acteurs économiques, politiques et militaires, en France et en Afrique, organisée en réseaux et lobbies, et polarisée sur l'accaparement de deux rentes : les matières premières et l'aide publique au développement. La logique de cette ponction est d'interdire l'initiative hors du cercle des initiés. Le système, autodégradant, se recycle dans la criminalisation. Il est naturellement hostile à la démocratie.* »

Clapham (1996, p. 55) diz que uma das características dos Estados do sul do Sahara no início da década de 1960 era a dependência da liderança pessoal do presidente do país. Nesse sentido, não havia nenhuma situação na qual ele não pudesse decidir o que fazer. Granvaud (2009) aponta para a brecha contida nas constituições desses países – redigidas, ainda segundo o autor, ao modelo da V República francesa por juristas franceses. Dessa forma, essas constituições possuem um similar do artigo 16 da constituição francesa, que permite ao presidente de exercer “poderes excepcionais” se as instituições são ameaçadas de “uma maneira grave e imediata”. Nesse contexto, os governos escolhidos pela França acabam interpretando essa noção de maneira distorcida, e acabam se vendo respaldados juridicamente para o exercício ordinário desse poder excepcional. Do lado francês, o que foi criado à época, foi a célula africana de domínio exclusivo do Elysée, longe do alcance parlamentar. Diante dessa situação, o estabelecimento de relações de caráter neocolonial¹⁵ não encontrou muitas dificuldades. Dessa forma, o caráter personalista dos governos africanos na condução de suas políticas exteriores foi bem explorado pela França, cujos presidentes estabeleceram relações muito próximas aos líderes africanos. Esses se acostumaram com o tratamento especial recebido da ex-metrópole, que lhes garantia, além de privilégios econômicos, visibilidade e reconhecimento internacional.

Nesse sentido, os fatores que são utilizados pela autora para explicar a condescendência dos Estados Africanos frente à presença francesa são resumidos no conceito de dependência. Ela explica que os países sobre os quais a França tem mais influência estão entre os mais subdesenvolvidos do continente e possuem poucos termos de trocas, visto que são exportadores de *commodities*. Além da economia fraca, ainda contam, como vimos, com a herança de uma burocracia maior do que suas necessidades, com assalariados excessivamente bem pagos os quais ascendem as suas posições devido ao domínio do francês e de aptidões adquiridas em instituições francófonas, muitas vezes francesas. Finalmente, a dependência das ex-colônias frente à ex-metrópole se acentua face à fragilidade política, que se deve a diferenças religiosas, étnicas, falta de unidade territorial e divergência de interesses entre a população rural e a urbana. Todos esses fatores impelem esses países a procurarem ajuda externa para garantir a segurança de seus territórios frente a ameaças internas e externas de seus territórios bem como empréstimos. Nesse contexto, a França-se se mostra o parceiro

¹⁵ “A essência do neocolonialismo”, escrevia Nkrumah já em 1965, “é que um Estado que é teoricamente independente e dotado de todos os atributos de soberania tem, na realidade, sua política dirigida do exterior.” FERRO, 2002 p. 395

mais acessível e ao mesmo tempo o mais disposto a dispor da ajuda necessária. (CHAZAN, 1992).

Verschave (2005), por sua vez, argumenta que há quatro razões para que a França facilite a concessão de independências formais aos países de seu império africano. A primeira delas é o apoio resultante do ingresso desses novos países nas Nações Unidas, importante na manutenção da França como grande potência mundial. No mesmo sentido Clapham (1996) argumenta que os governantes africanos, que ganharam assentos não só na ONU como também em outros organismos internacionais, passaram a ocupar uma posição de demandante de recursos externos oferecendo como contrapartida o voto de acordo com as vontades de seus provedores. A segunda é o acesso às matérias-primas africanas, entre elas o petróleo e o urânio, considerados estratégicos pela França. A terceira é um financiamento da vida política francesa o qual não se imagina, através do desvio de ajuda humanitária e do lucro da venda das matérias-primas. A quarta razão apresentada pelo autor é o papel de conter o comunismo na África em um contexto de Guerra Fria, agindo como um braço norte-americano para moderar a influência soviética.

Com isso, Chazan (1992) argumenta que até mesmo a rebelde Guiné vai, seguindo a resistência apresentada anteriormente, se render a essa esfera de influência, tendo percebido que face a suas necessidades a França era o melhor provedor de ajuda externa que poderia encontrar. (CHAZAN, 1992). No entanto, no sistema de relações internacionais da África havia alguns desafiadores – ou *challengers* -, dessa fraternidade com a França. Além da Líbia e da Nigéria, havia também a Argélia, cuja penosa independência foi obtida através de um rompimento que não ocorreu com a maioria das outras ex-colônias francesas. A Argélia, durante sua longa guerra pela independência, buscava toda e qualquer fonte de apoio. Nesse contexto, o país viu na solidariedade anticolonial uma fonte essencial de suporte (CHAZAN, 1992). O país buscou apoio primeiramente no mundo árabe e na Ásia, que estavam confirmando suas autonomias nacionais. Posteriormente, a Argélia buscou agir nas conferências que se realizaram com os países africanos então independentes. O primeiro deles, organizado pelo líder ganense Kwame Nkrumah, foi a Conferência de Accra – que contou com a participação dos seguintes países: Líbia, Tunísia, Egito, Sudão, Gana e Etiópia-, a qual elaborou uma declaração condenando qualquer forma de colonialismo. A Argélia viu nessa conferência e na que se seguiu (três anos mais tarde, em Adis Ababa) uma oportunidade de obter reconhecimento internacional e de conter a França. Essa tentativa foi em partes

fracassada, pois sendo alvo de pressão francesa e argelina, aqueles países recuaram ao se opor a um referendo nas Nações Unidas que deliberasse o futuro da Argélia. Na mesma época, a Crise do Congo também foi um fator que fez a Argélia se engajar na política continental. Nesse episódio o país desconfiava da ação do ocidente através das intervenções da ONU, e temia uma conspiração para implantar o neocolonialismo na África.

A crise do Congo também resultou na cisão dos países em basicamente de dois grupos, que mesmo após terem desaparecido formalmente, marcaram a atuação dos países nos assuntos africanos - pois a posição que tomaram mostra a visão de cada Estado em relação a política africana como um todo e em relação à presença europeia no continente em pontualmente. O primeiro deles nasce de uma reunião em Brazzaville em dezembro de 1960. O Grupo de Brazzaville havia anteriormente se afastado da Frente de Libertação Nacional Argelina e durante a Crise do Congo demonstrou apoio às facções congoleesas que depuseram o Primeiro Ministro Lumumba. No término da conferência criaram um grupo de caráter mais permanente que foi chamado de União dos Estados Africanos e Madagascar (UAM), formado apenas por ex-colônias francesas. O segundo grupo, o bloco de Casablanca, foi formado como reação ao grupo de Brazzaville no Marrocos em janeiro de 1961. Os sete países que apoiavam a Frente de Libertação Nacional Argelina bem como a volta de Lumumba eram: Líbia, Marrocos, Argélia, Egito, Gana, Guiné e Mali.

A Argélia, findada a árdua tarefa da guerra por sua autonomia, adotou não só uma política de suporte aos movimentos de independência no continente, como também os movimentos de oposição em países que haviam dado pouco apoio a seu movimento de libertação (tais como Chade, Camarões e Niger). O que estava buscando era, portanto, incentivar a ascensão de países comprometidos com uma África genuinamente independente. Nesse contexto, foi a maior fonte de apoio ao movimento de secessão Prolisario, no qual bateu de frente com a França, maior provedora de armas para apoiar o Marrocos contra o movimento insurgente. O petróleo, cuja maior parte havia sido descoberta durante a guerra contra a França, mostrava-se como base material importante para levar adiante sua diplomacia (CHAZAN, 1992).

No entanto, a Argélia vive posteriormente uma relação ambivalente com a França. Essa ainda é um importante consumidor do gás natural argelino e de sua mão-de-obra (CHAZAN, 1992). Ainda, por volta do início 1990, eclode o que Aggoun e Rivoire (2005)

vão chamar de chamar de *Françalgerie*. Os autores denunciam as relações secretas¹⁶ entre a França e os governos repressivos que se instalaram na Argélia após 1992 - que vem substituindo o socialismo anterior a essa data por uma economia de mercado. A comprovação das boas relações entre a Argélia e a França são demonstradas nas celebrações do ano da Argélia na França, em 2002.

3.3 Funcionamento da *Françafrique*

3.3.1 *Cooptação das Elites*

O elemento fundamental da *Françafrique* são as relações personalizadas entre os líderes africanos e os presidentes franceses. Nesse sentido, a cooptação das elites inicia-se ainda no período colonial, com o envio de líderes negros para formação na França, bem como o treinamento político e estabelecimento de contatos internacionais resultantes das eleições à Assembleia Nacional em Paris (CLAPHAM, 1996). Esse foi o caso de Léopold Sédar Senghor, líder do Senegal entre os anos 1960 e 1980, que foi à França pela primeira vez em 1928 como estudante e depois de ter servido na Segunda Guerra Mundial foi deputado do Senegal na Assembleia Nacional Francesa. Posteriormente, a implantação dos chefes de Estado africanos “amigos da França” deu-se de formas mais violentas e menos democráticas. Nesse sentido aparecem os golpes de Estados, os quais foram apoiados pela França com o intuito de colocar no poder líderes mais conservadores.

Figura chave na cooptação de elites e na administração da *Françafrique* foi Jacques Foccart, que iniciou suas atividades na *Françafrique* como conselheiro dos assuntos africanos de De Gaulle. Segundo Foutoyet (2009), o então membro do serviço de inteligência francesa foi designado por De Gaulle para agir de forma a manter os países os quais a França parecia liberar a um novo sistema de relações internacionais sob sua tutela. Ainda segundo o autor, a missão para a qual Foccart foi designado era a de “confiscação de independências” (FOUTOYET, 2009, p.19) através da escolha dos governantes africanos – que muitas vezes eram formados nas escolas militares francesas, ou mesmo membros do serviço secreto francês, como Omar Bongo do Gabão. O então braço direito de De Gaulle para assuntos

¹⁶ Essas relações secretas incluem, por exemplo, a guerra psicológica, através da qual a França teria, juntamente com o governo argelino, arquitetado o sequestro de três agentes consulares em Algers em 1993, de forma a que obtivesse respaldo da opinião pública para prender oponentes do regime argelino na França – através da operação que ficou conhecida como *Opération Chrysanthème*.

africanos manteve-se em sua função também no governo Georges Pompidou e, após ser substituído por René Journiac no governo Giscard d'Estaing e por Guy Penne e Bruno Delaye no governo Mitterrand, foi designado novamente por Jacques Chirac, eleito primeiro ministro em 1986, para cuidar das relações com a África (CHAZAN, 1992).

Nesse sentido estão as intervenções militares com intuito de selecionar as elites africanas pela França, que foram numerosas: segundo Foutoyet (2009), desde 1958 foram mais de cinquenta. Foi o que aconteceu no Níger quando o presidente Hamani Diori, tendo fracassado nas negociações de estabelecer um preço mais justo para seu urânio, mineral estratégico para a França, resolve buscar outros parceiros comerciais para sua maior riqueza natural. Diori é deposto em 1974, sob a liderança de Foccart e de Seyni Kountché, que se tornou o novo presidente do Níger, e parceiro da França (PESNOT, 2011). Nesse contexto, Chazan (1992) cita também o exemplo do Gabão, onde a França, em 1964, reverteu um golpe de Estado contra o governo do presidente Leon M'Ba (que três anos mais tarde morreria e cederia espaço ao legendário Omar Bongo, que já havia sido membro do serviço secreto francês e que ficou no poder durante 47 anos, sendo sucedido por seu filho Ali Bongo, ainda hoje no poder). Vershcave (2005) apresenta da mesma forma a história pouco conhecida do Camarões, que lutava pela independência principalmente através de Runben Um Nyobé, do partido UPC (União dos Povos do Camarões). O autor descreve a guerra que a França levou contra o país de 1957 até 1970 (tendo ultrapassado então a independência em 1960) como um banho de sangue muito semelhante à guerra da Argélia, e que, segundo Foutoyet (2009) vai servir de lição a todos os países que pensavam em resistir às vontades francesas. No Togo, o que ocorreu foi um golpe de Estado e o assassinato do presidente Sylvanus Olympio – que, por exemplo, reivindicava que a empresa mineira que explorava o fosfato no Togo revisse o contrato com a França de forma a torná-lo mais vantajoso para o Togo - em 1963 por quatro sargentos-chefes franco-togoleses – que lutaram na guerra da Argélia e na do Vietnã - com o apoio do oficial francês responsável pela segurança de Olympio (VERCHAVE, 2005). Gnassingbé Eyadema, que mais tarde teria assumido ter sido o autor do disparo que matou Olympio, tomou o poder e lá ficou até sua morte em 2005, sendo sucedido pelo seu filho em eleição fraudada (mas reconhecida como legítima pela França), Faure Essozimna Gnassingbé. O “dispositivo rápido e indolor de remover chefes de Estado hostis no poder” (CLAPHAM, 1996, p.61) e de substituí-los por líderes mais interessantes a seu próprio interesse, levou a França a retirar do poder o auto-declarado imperador da República Centro-Africana, Jean-Bédél Bokassa, em 1979. Clapham (1996) aponta esse como o caso mais claro de intervenção

direta da França para retirar um líder africano do poder. Depois de o *L’Affaire de diamants* (O Escândalo dos Diamantes) ter se tornado muito constrangedor, a retirada do líder centro-africano – que subiu ao poder com o apoio francês – era a saída requerida. Mais tarde, também no Bourkina Faso, outro chefe de Estado foi condenado a morte pela *Françafrique*. Segundo Pesnot (2011) Thomas Sankara, assassinado junto a sete de seus colaboradores, em 1987 era um jovem que lutava contra a corrupção e vendia as limusines governamentais para dar o exemplo, e por isso não foi bem vindo ao clube franco-africano.

Não só a influência e apoio vinham da França, a formação dos oficiais que lideraram os *coups d’États* (golpes de Estado) também tinham fortes ligações com esse país, como demonstra Clapham (1996, p. 60) na passagem seguinte: “Muitos da primeira geração de regimes militares africanos, tanto nos Estados francófonos quanto nos anglófonos, eram liderados por oficiais treinados em estabelecimentos militares coloniais, os quais mantinham às vezes uma subserviência embaraçosa à seus mentores coloniais.”¹⁷ Esses foram os casos de, além de Eyadema do Togo, de Bokassa, ambos haviam servido no exército francês na guerra da Indochina.

Tais manobras foram possíveis graças à rede desenvolvida por Foccart. Esse demanda ao coronel Maurice Robert, à época chefe do serviço africano da SDECE (*Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage*, substituído em 1982 pela *Direction Générale de la Sécurité Extérieure*, a DGSE) de criar uma hierarquia paralela à oficial, as “Funções de Ligação e Informação” (*Postes de Liaison et de Renseignement*, ou PLR), as quais, implantadas nas capitais das então colônias africanas da França, eram responsáveis por recolher informações para o governo francês, ao mesmo tempo supervisionar e “aconselhar” as atividades presidenciais. Nesse contexto, é, por exemplo Jean-Claude Manton, oficial da DGSE que acompanha de perto os líderes da República Centro Africana de 1980 à 1993, dando especial atenção a exploração das minas de diamante – algumas delas ocupadas pelo exército francês, que classificavam essas regiões como zonas de atividade militar – e Jeannou Lacaze que serve de conselheiro simultaneamente aos chefes de Estado Félix Houphouët-Boigny, Mobutu Sese Seko, Etienne Eyadéma Gnassingbé, Idriss Déby, Joseph Kabila (GRANVAUD, 2009). Clapham (1996) argumenta que que esses oficiais da DGSE eram

¹⁷“Many of the first generation of African military regimes, in both francophone and anglophone states were led by officers trained in colonial military establishments, who retained a sometimes an embarrassing subservience to their colonial mentors”.

responsáveis também pela segurança dos chefes de Estado africanos, pela proteção dos regimes africanos.

Finalmente, os laços pós-coloniais da França com a África sobrepassaram suas ex-colônias e adentrou domínios que antes não eram seus. Foi dessa forma que o ex-Congo Belga/Zaire passou ao guarda-chuva de influência francês. Esse episódio é marcado pela ajuda que Mobuto solicitou à França em 1977, quando oponentes de seu regime se infiltraram a partir de Angola (Chazan, 1992). Clapham (1996) alega que esse fenômeno se deve ao grau de insegurança que os países que não foram colonizados pela França ou pela Grã-Bretanha incorriam. Nesse contexto afirma que as ex-colônias belgas aproximaram-se da França após o colapso congolês, bem como o genocídio de Ruanda.

Mais tarde, a *Françafrique* iria ainda mais longe, chegando até mesmo aos domínios antes portugueses de Angola – mas também da Nigéria, República Democrática do Congo, Ruanda etc. Essa expansão da *Françafrique* a países que não pertenciam a esfera colonial francesa foi denominado, também por Verschave (2005) de *Mafiafrique*. Gouttenbrune (2002) alega que a França pôde, finalmente, incluir nos anos 1990 um “grande parque” à esfera neocolonial já existente – a nível de suas ex-colônias. Esse fato se torna realidade com a inclusão de países que haviam escapado a seu poder colonial, mas que passaram a ser influenciados pela França ao se juntar ao círculo das Cúpulas Franco-Africanas. Essas Cúpulas são, segundo Chazan (1992) fóruns que representam as relações marcáveis entre a França e a África. Foram inauguradas em 1973 por Georges Pompidou e tornadas anuais com Giscard d’Estaing. O alargamento do quórum desses fóruns para além da esfera das ex-colônias francesas foi rápido. Em 1975 o Zaire passou a frequentá-los, sendo seguido pelas ex-colônias portuguesas, Guiné Bissau e Cabo Verde no ano seguinte. A autora ainda aponta a importância desses fóruns, não só para a França, como para os líderes africanos, ao constatar que em 1982, enquanto a Organização da Unidade africana passava por dificuldades para reunir um quórum in Tripoli, a Cúpula Franco-Africana realizada simultaneamente em Kinshasa reuniu trinta e seis países mais a França. Essas Cúpulas, ao reunirem diversos chefes de Estado em um mesmo ambiente, se mostram uma boa oportunidade para a criação de *networking* e contatos bilaterais informais, constituindo uma ferramenta diplomática importante para a continuação da *Françafrique*, cujas relações diretas entre políticos franco-africanos é sua principal característica existencial (TOUATI, 2007).

3.3.2 *Presença Militar*

Ainda antes da independência formal, à época da Comunidade Francesa, além dos acordos diplomáticos, acordos militares e econômicos – com cláusulas nem sempre publicadas no Jornal Oficial¹⁸ - foram firmados entre a França e suas colônias, dando à França acesso prioritário a matérias-primas, prevendo a intervenção militar francesa em caso de ameaça externa e mesmo permitindo a implantação de bases militares francesas no continente. Essa estratégia permite manter o sistema de dominação e exploração a níveis muito semelhantes ao colonial, ao mesmo tempo que dá ao mundo a impressão de descolonização (FOUTOYET, 2009)

Dessa forma, parte da dita política de cooperação francesa está nos acordos de defesa. Esses começaram a surgir à época da Comunidade francesa, e tinham como objetivo formal a proteção mútua em caso de agressão externa. Nesse contexto, caso haja a necessidade de ação conjunta – em caso de uma ameaça externa na França ou nos países africanos - , está previsto um dispositivo que passa o controle do exército africano ao exército francês durante a duração das operações. No caso do acordo com o Gabão, esse previa a livre circulação das tropas francesas no espaço aéreo e marítimo do país. No caso do Camarões, uma das cláusulas mantidas em sigilo foi a que concedia à França o direito de intervir no caso de golpe contra o governo.

Segundo Granvaud (2009, p. 58), “É em virtude dessas cláusulas que a França interveio no Gabão em 1964, no Togo em 1986, ou ainda na República Centro Africana em 1996-1997”¹⁹. No entanto, conforme defende Clapham (1996), os acordos militares entre a França e os países africanos pouco interferiram nas intervenções francesas no continente africano: essas dependiam mais das relações entre o governo francês e o país africano em questão – ou seja, da relação pessoal entre os líderes dos dois países.

Clapham (1996) argumenta que o elemento militar, apesar de não ser tão expressivo se comparado com o total das relações franco-africanas, era o elemento que mais garantia a

¹⁸ Um exemplo é a cláusula de fornecimento preferencial, revelada anos depois da assinatura dos acordos, que estipula que os países signatários informem a França de suas políticas comerciais de matérias-primas – principalmente as estratégicas, leia-se petróleo e urânio - e que deem prioridade ao mercado consumidor francês depois de satisfeitas suas necessidades internas (GRANVAUD, 2009).

¹⁹ “*C'est en vertu de ces clauses que la France est intervenue au Gabon en 1964 et en 1990, au Togo en 1986, ou encore en Centrafrique en 1996-1997.*”

presença francesa na África. Dessa forma, defende que a França interveio militarmente na África muito mais frequentemente do que qualquer outro país no mundo

A *Françafrique* funciona, desta forma, igualmente graças a suas bases militares, que garantem a estabilidade dos regimes “amigos da França”, ao mesmo tempo que permitem a intervenção francesa se necessário. Atualmente existem duas bases permanentes em território não francês: uma no Gabão (com cerca de 900 homens) e uma no Djibuti (cerca de 2900 homens). Em 1998 a base da Costa do Marfim passou ao status de operação externa, em 2007 a base da República Centro Africana foi fechada e em 2011 foi a vez da base do Senegal (embora cerca de 400 soldados continuem baseados no país²⁰). Além dessas, a França conta com uma base em cada um de seus territórios ultramarinos Mayotte e La Réunion. Graças aos acordos militares firmados entre a França e suas ex-colônias na área de cooperação e defesa, essas intervenções adquirem certo respaldo jurídico. Além dessas bases, há o Chade que, desde 1986, quando da Operação Epervier, conta com a presença de cerca de 1200 homens, sob o nome de operação externa provisória, além de outras operações externas (como a operação Licorne na Costa do Marfim) e presença marítima (como na Operação Corymbe no Golfo da Guiné, para proteger os interesses petrolíferos da França).

A influência militar francesa no continente africano, ainda conta com um outro instrumento. Foutoyet (2009) alega que em casos onde o exército francês não pode agir diretamente, há a utilização de mercenários, dentre os quais os mais conhecidos são Bob Denard de Paul Barril. No mesmo sentido, Verschave (2005) diz que a atuação dos mercenários se faz necessária quando a intervenção direta e aberta do exército francês se mostra muito comprometedor. Os mercenários garantem, dessa forma, golpes de Estado e manutenção de governos, tudo dentro do esquema da *Françafrique*. Agindo dessa forma, a França pode declarar não ser responsável, nem estar informada dessas ações, por nenhuma de suas instituições oficiais estar envolvida.

Devido aos benefícios que as lideranças africanas obtém com a presença militar da França no continente africano, Visentini (2007b, p. 174) bem aponta: “Assim, as intervenções estrangeiras constituíam um fenômeno que era parte da própria política africana, solicitada por alguns de seus protagonistas em defesa de seus interesses, e não unicamente uma forma de ingerência contra os africanos em seu conjunto”.

²⁰ <http://survie.org/billets-d-afrique/2010/189-mars-2010/article/le-gabon-plotot-que-le-senegal>

3.3.3 *Presença Econômica: o Franco CFA, as Convenções de Yaoundé e de Lomé e as Empresas Francesas*

Clapham (1996) argumenta que a presença direta das ex-metrópoles no continente africano foi o meio mais espetacular que essas encontraram de não perder poder na região, mas para propósitos menos pontuais, os instrumentos econômicos se mostraram mais eficazes. Nesse contexto Chazan (1992, p. 377) defende que “o legado do imperialismo permanece uma forte influência sobre espaço africano no mundo político contemporâneo” e que “a França permanece um ator muito influente nos assuntos africanos e liderou a modelagem das estreitas relações entre a África e toda a Comunidade Econômica Europeia” (CHAZAN, 1992, p. 377)²¹. No mesmo sentido, Visentini (2007b) aponta os Acordos de Yaoundé e as Convenções de Lomé como ferramentas de institucionalização dos laços neocoloniais da França face a suas ex-colônias africanas, tornando-os sujeitos do mercado europeu integrado. Nesta seção, apresentaremos em grandes linhas a configuração da dominação econômica estabelecida pela França para manter relações estreitas com os países aos quais, formalmente, concedeu independência.

Mais de cinquenta anos depois das independências, as ex-colônias francesas não dispõem de autonomia no que tange suas políticas monetárias. A criação da zona do franco, sistema de comércio fechado para as colônias criado em 1939, é o único exemplo de um sistema monetário que sobreviveu a descolonização. Dessa forma, a criação do Franco CFA em 1948²² vem a complementar o instrumento de ingerência econômica francês, sendo, como defende Clapham (1996) o instrumento mais importante dos arranjos financeiros franco-africanos. Esse sistema transpassou a o período de colonização formal dos países africanos²³, pois através de acordos com esses manteve seu instrumento de dominação econômica praticamente intacto (LE FRANC CFA, 2010a). Nesse contexto, Chazan (1992, p. 380) argumenta que, “com o apoio a uma moeda comum – o franco CFA -, Paris garantiu ligações

²¹ « The legacy of imperialism nevertheless remains a strong influence upon Africa’s place in contemporary world politics (...) France remains a very influential actor in African affairs and has taken the lead in fashioning a close economic relationship between Africa and the entire European Economic Community. »

²² À época da sua criação, o franco CFA designava *Colonies Françaises d’Afrique*, mas a partir de 1958 passou a abreviar *Communauté Financière Africaine*.

²³ Com a exceção dos países do Magrebe e também Guiné de Sekou Touré que buscando sua independência econômica saiu da zona do franco em 1960 e criou o franco guineense. O Togo de Sylvanus Olympio também chegou a reivindicar sua autonomia monetária, mas com o assassinato de seu presidente a ideia não foi adiante.

financeiras bem próximas e um meio de estabilidade monetária através de toda a comunidade francófona²⁴.

No pós independências, o Franco CFA foi controlado por bancos centrais cuja participação francesa era muito significativa, sobretudo a nível dos tomadores de decisões, quase sempre franceses. As primeiras mudanças desse sistema ocorreram apenas nos anos 1970, quando, além da saída da Mauritânia e de Madagascar da zona monetária, o deslocamento do que até então se situava a Paris para Dakar (criação do BCEAO - *Banque Centrale des Etats d'Afrique de l'Ouest*), no Senegal, e Yaoundé (criação do BCC - *Banque Centrale des Comores* (BCC), no Camarões. Essas mudanças não representaram, no entanto, a autonomia monetária dos países africanos, pois a França continuou pressionando-os no sentido de atender a seus interesses - ponto alto dessa realidade é a desvalorização do franco CFA em 50% em 1994, decisão que partiu de Paris. Em 1985 a Guiné Equatorial adere ao franco CFA e em 1997 é a vez da Guiné Bissau, comprovando que os interesses franceses já iam além da francofonia. Hoje, a zona do Franco CFA totaliza quinze países.²⁵

Segundo LE FRANC CFA (2010a), o Franco CFA baseia-se em quatro pilares. O primeiro deles é a centralização das reservas no Tesouro francês (até 2005 65% das reservas deveriam ser estocadas na conta de operações na França, montante que a partir desse ano foi diminuído a 50%). O segundo é a fixação e a paridade do Franco CFA com o euro, o que faz do franco CFA uma moeda vulnerável às flutuações cambiais e atrelada à uma moeda forte, o que, para países com uma economia fraca, mostra-se altamente prejudicial. O terceiro é a livre conversibilidade do franco CFA ao euro. Finalmente, a livre circulação de capitais entre os países africanos da zona franco e a França²⁶, o que permite, juntamente com o pilar anterior, o desvio de verbas públicas sem grandes empecilhos. Para um maior controle desses pilares, há também a participação francesa nos órgãos de direção dos três bancos da zona, fato respaldado por acordos com a França. Essa participação tem um alto grau de influência, pois foi arquitetada de forma a que todas as decisões importantes não possam ser tomadas sem o aval do voto do representante francês.

²⁴ "By supporting a common currency – the CFA franc – Paris assures tight financial links and a measure of monetary stability throughout the entire francophone community" (CHAZAN, 1992, p. 380)

²⁵ À saber: Benin, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Niger, Senegal e Togo no oeste africano, Camarões, República Centro Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade na África central e a ilha de Comores.

²⁶ Essa livre circulação de capitais não se aplica da mesma forma, no entanto, entre as três zonas do sistema franco CFA (BCEAO, BCC, anteriormente citadas e BEAC - *Banque des Etats d'Afrique Centrale*). A exigência burocrática, bem como seus custos, são tão grandes que desestimulam a conversão dessas moedas.

A justificativa continuidade da zona franco CFA no pós descolonização se faz pela alegação de que ela serve de base a uma futura união política africana. Ora, o exemplo europeu nos demonstra que é pela evolução do comércio entre países que se dá o impulso a uma união monetária. No caso europeu, à época da criação da zona do euro, o comércio interpaíses era, para países como a França e a Alemanha, o equivalente a 60% do comércio exterior total. Para os africanos, mesmo depois de anos de imposição de uma moeda única, esse montante não ultrapassa os 5% (MONGA, 2008).

Já os acordos de Yaoundé, e posteriormente os de Lomé, serviram para reestruturar as relações econômicas entre os países europeus, que começavam a se unir economicamente desde o tratado de Roma em 1957, e suas ex-colônias. Chazan (1992) diz que foi com relutância que os outros membros do Tratado de Roma (a saber: Bélgica, Itália, Luxemburgo, Holanda e Alemanha Ocidental) aceitaram a vontade francesa de incluir uma seção à esse tratado estabelecendo uma área de livre comércio entre a Comunidade Econômica Europeia e suas colônias na África.

O primeiro desses acordos, realizado 1963 – para formalizar as relações com os recém-independentes países francófonos -, previa uma ajuda ao desenvolvimento chamada de “assistência técnica e financeira”, através da criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (*European Development Fund*, EDF) além de preferências comerciais, com o intuito de possibilitar um maior acesso às mercadorias africanas aos Estados da Comunidade Econômica Europeia – mercadorias essas, claro, que não tivessem concorrência àquelas dos membros da Comunidade. Em contrapartida, os Estados africanos foram obrigados a oferecer tarifas preferenciais aos membros da CEE. A convenção de 1969 serviu para prolongar esses acordos por mais cinco anos.

Com a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Europeia, em 1973, colocou-se a necessidade de incluir também suas ex-colônias nessa nova arquitetura de relações econômicas. Dessa forma, os Estados da ACP (África, Caribe e Pacífico) entraram para a zona de preferência comercial da Comunidade Europeia dois anos mais tarde, em 1975, através da assinatura da Convenção de Lomé. Nessa convenção, que foi renovada por mais três vezes (em 1980, 1984 e 1989), foi estabelecido um novo mecanismo de cooperação, o Stabex (*Stabilization of Export Earnings Scheme*) (ELVINGER, 1988). Clapham (1996, p. 98) argumenta que as Convenções de Lomé conectaram a África à Comunidade Europeia, criando uma estrutura comum de comércio. Tais acordos, apesar terem contribuído de forma

insignificante ao desenvolvimento africano, excerceram uma forma de pressão sobre esses países que facilitou a busca dos interesses europeus no continente. A origem das convenções, bem como seu controle, foi quase que exclusivamente francesa, que visava integrar-se com seus vizinhos europeus, sem perder as rédeas das relações com suas ex-colônias (CHAZAN, 1992).

O último desses acordos, Lomé III, em 1989, destinou, através do EDF, 7,4 bilhões de ECUs (*European Currency Unity*)²⁷ a serem distribuídos em 5 anos, e sendo 1,2 bilhões em forma de empréstimos reembolsáveis a condições vantajosas. Elvinger (1988) mostra que essa ajuda não é tão substantiva quanto parece ao compará-la à perda de receitas de exportação entre 1981 e 1986, ocorrida pela queda do preço das matérias-primas naquele período. A soma dessas perdas totaliza, segundo o autor, algo em torno de 93 bilhões de dólares, cerca de 10 vezes aquela ajuda.

O Stabex, por sua vez, tem como finalidade proteger os Estados do ACP de grandes perdas de suas receitas de exportação quando há queda no preço das principais mercadorias que exporta de um ano a outro. No entanto, a gama de produtos de exportação que protege é restrita e tendenciosa, pois estimula os países a não diversificarem suas exportações no momento que se limita somente aos problemas de exportação de matérias-primas ou produtos muito pouco processados. Além do mais, como aponta Chazan (1992), sobretudo por causa das queda dos preços do cacau e do café, os fundos do Stabex esgotaram-se sem honrar auxílios já prometidos a certos países. A autora, nesse sentido, aponta que “todos esses fatores contribuíram para o desapontamento difundido em grande parte dos países africanos, com essa “relação especial” com suas antigas metrópoles” (CHAZAN, 1992, p. 304)²⁸ bem como levaram críticos a apontarem a Convenção de Lomé apenas como um dispositivo para a manutenção da “(...) influência europeia nos países da ACP em geral e na África em particular” (CHAZAN, 1992, p. 304)²⁹ ou como aponta Elvinger (1988, p.10) “(...) um instrumento ao serviço da perenização do pacto colonial”.³⁰

Além do que foi dito, Chazan (1992) ainda argumenta que os líderes da ACP acreditavam que o acordo havia sido um comprometimento dos países da CEE em garantir

²⁷ Moeda escritural substituída, em 1999, pelo euro, na paridade 1:1.

²⁸ “All of these factors have contributes to a widespread disappointment on the part of African countries with this “special relationship” with their former colonial powers.”

²⁹ “(...) European influence in the ACP countries in general and in Africa in particular.”

³⁰ “(...) un instrument au service de la pérennisation du pacte colonial.”

vantagens exclusivas, bem como uma parcela do mercado europeu para eles. A CEE, por sua vez, não via o acordo como impedimento para oferecer condições melhores a outros países em desenvolvimento, alegando que nenhuma garantia havia sido dada no tocante à preservação de parcelas de mercado. Enfim, a convenção rogava ser um acordo de iguais, mas a última palavra dada na sua interpretação permaneceu sempre em posse da CEE.

Devido aos importantes fatores geoeconômicos presentes no continente, tais como o grande potencial hidrelétrico, minerais estratégicos como petróleo e urânio, ou valiosos como ouro e diamante, o continente se mostra muito atrativo à presença de empresas francesas. A língua comum, a livre conversibilidade do franco CFA, mas sobretudo a influência que a França exerce sobre os países africanos são grandes determinantes dessa presença. Com o aumento demográfico continental (de acordo com LES ENTREPRISES FRANÇAISES (2010b), em 1950 a população africana era de 220 milhões de habitantes, e em 2009 já passava de um bilhão), as empresas que visam também o mercado africano entram em cena. Nesse sentido atuam no setor de transportes, saneamento, eletricidade, bancos, telecomunicações, entre outros.

Muitas empresas francesas construíram suas posições no mercado africano ainda durante o regime colonial, e outras, como defende Greer (2000) estabeleceram-se na França graças ao estímulo do governo francês – sobretudo de seu presidente - e a influência e poder desse último sobre os chefes de Estado africano – e, portanto, sobre esses países de uma forma geral. Aliás, é esse estímulo à presença de empresas francesas na África, segundo argumenta Capron (2009) que legitima a política da *Françafrique*, alegando uma necessidade de garantir fontes de suprimento de energia e minério, notadamente petróleo e urânio, para assegurar a independência energética francesa – vale lembrar que atualmente, mais de 70% da energia elétrica desse país é de origem nuclear, e que, segundo a UFIP (2009), 30% do petróleo bruto importado pela França é proveniente da África. O estímulo governamental às empresas pode ser percebido quando das visitas dos chefes de Estado franceses, sempre acompanhados de diretores de empresas prontos a assinar contratos comerciais. Nesse sentido, as empresas também tem um papel importante, no âmbito da *Françafrique*, de ajudar a escolher os líderes dos países nos quais tem pretensões de atuar (Capron, 2009).

Ainda segundo Capron (2009), a busca pelo provimento energético deu carta branca à atuação de empresas públicas como o grupo petrolífero Total (resultado da fusão entre os grupos Elf e TotalFina em 2000) e Areva, sucessora da Congema, que explora o

urânio principalmente no Níger. O resultado dessa atuação, segundo o autor, foi a contribuição à pilhagem dos países, o que resultou ao “mal desenvolvimento”, social e ambiental – poluição, desertificação, deflorestação, etc.

Nesse sentido, Verschave aponta (2005) outra função das empresas francesas presentes na África: a de fazer caixa dois para financiar seus interesses, seus agentes secretos e mesmo seus mercenários. Nesse contexto, o autor diz que a estatal Elf foi em grande parte criada para isso, e que chegou a contar quatro centos agentes secretos entre seus funcionários. O dinheiro desviado pela empresa, que não declarava todas suas transações, serviu, ainda segundo Verschave, à ações paralelas do serviço secreto, como a guerra da Nigéria (que embora não seja uma ex-colônia francesa é atrativa à França devido a suas jazidas de petróleo) no final da década de 1960, onde a França é acusada de ter armado e ajudado os secessionistas para enfraquecer não só a Nigéria, como também a influência inglesa na região. O autor alega, que empresas menores também servem a esse fim. São empresas encarregadas do suprimento em missões de cooperação, que superfaturam seus serviços para desviar dinheiro para, por exemplo, Bob Denard, que controlava, ele mesmo, muitas dessas empresas (VERSCHAVE, 2005).

3.4 Conclusão

A importância política - de manter-se uma potência mundial-, e econômica - com o provisionamento de matérias-primas e o acesso preferencial aos mercados africanos-, do império africano para a França impeliu-a a conceder uma dependência formal a suas colônias. As pressões da onda independentista naquele continente forçavam a França a mudar de estratégia se quisesse manter uma boa relação com os países francófonos e preservar os seus interesses no continente. Dessa forma, a autonomia política das colônias africanas foi sendo concedida ao passo que a o Paris cooptava as elites locais para um novo esquema de relações, pessoalizadas e lucrativas para as classes dirigentes da França e da África. Nesse sentido, a elite africana foi promovida pela França durante o processo de concessão gradual de autonomia, de forma a que todos os líderes que governavam a África francófona em 1965 já tivessem sido membros do parlamento Francês entre 1946 e 1958, durante a existência da União Francesa (TAYLOR, 2010). Com uma transição controlada rumo à independência formal, somada às relações de proximidade com o governo francês, a França pôde continuar

exercendo controle sobre os Territórios de suas ex-colônias e beneficiar de vantagens preferenciais. É dessa forma que Foutoyet (2009) argumenta que começará a “confiscação das independências”, sendo Jacques Foccart seu ator principal. A ele é designado o papel de escolher quem lideraria os recém independentes países francófonos, bem como o de mantê-los no poder e de substituí-los caso se afastassem dos interesses franceses. Grande parte de seus escolhidos eram líderes formados na escola militar francesa, o que, ainda segundo Foutoyet, desenha uma estratégia de exploração de tipo colonial que, no entanto, acontece em um contexto de autonomia formal, pois os países são governados por presidentes africanos, dando ao resto do mundo uma falsa impressão de independência. É por isso que Verschave (2005) aponta a *Françafrique* como a “caricatura do neocolonialismo”.

É claro que além da atuação direta da França para cooptar as lideranças francesas, outros fatores foram primordiais para que a *Françafrique* pudesse se instalar. A falta de meios econômicos, conhecimento técnico e segurança militar atuaram como brechas através das quais a França pôde se infiltrar. Como aponta Visentini (2007a, p. 111):

“Os Estados francófonos eram geralmente pequenos ou escassamente povoados, economicamente vulneráveis e muitos deles mediterrâneos (sem saída para o mar). Dessa forma, sua dependência em relação à antiga metrópole era muito acentuada. Com exceção da Argélia, praticamente não possuíam colonos brancos, o que facilitou a associação das novas elites dirigentes com Paris, numa perspectiva marcadamente conservadora.”

A França soube como se aproveitar da vulnerabilidade africana e, como demonstra Taylor (2010), no pós-independências o número de funcionários franceses na África aumentou, podendo ser notado como efeito da “política de cooperação” entre a França e suas ex-colônias. Parte importante desses funcionários foram designados a postos estratégicos, sob a alegação de ajudar a formar instituições administrativas dos novos países. Para uma maior margem de ação, foi criado o Ministério da Cooperação, em 1961, o qual visava centralizar as relações franco-africanas no controle presidencial, afastando-as do Ministério das Relações Exteriores (TAYLOR, 2010). Esse Ministério, ainda segundo o autor, não tinha seu orçamento submetido ao parlamento francês, nem era alvo de debate público. Dessa forma, mesmo a ação militar era centralizada no presidente, que era o único que podia enviar tropas para a África sem a aprovação do parlamento ou de outros ministérios (TAYLOR, 2010). O Ministério da Cooperação teve vigência até 1998, o que corrobora a ideia de a *Françafrique* ser o domínio reservado da presidência da república francesa, a *cellule africaine de l’Élysée*, como defende Verschave (2005).

As relações econômicas entre a França e suas ex-colônias também nos apresentam traços fortes de continuação. Mais de cinquenta anos após as independências a política monetária dos países da zona do Franco CFA continua sendo controlada pela França. A livre conversibilidade entre o franco CFA e o euro, somada à livre circulação de capitais estimula a repatriação da liquidez obtida pelas empresas francesas na África, a despeito do desenvolvimento e comércio locais. Como argumenta Verschave (2005), se o desenvolvimento econômico não vai além das matérias-primas nos países africanos, não é porque esses são incapazes. Essa realidade é incentivada por aqueles que tiram proveito da situação: se novos setores econômicos surgem, não mais precisando do dinheiro do Estado para viver, a corrupção pode passar a ser vista com maus olhos. Além disso, como vimos, as convenções firmadas entre os países da África e Europa, sob liderança francesa, desestimulavam a diversificação econômica africana através de iniciativas como o Stabex.

Por essas razões, Chaplam (1996) afirma que os líderes que buscaram – e obtiveram -a independência a partir do final da década de 1950 não conseguiram, e talvez mesmo não desejassem, romper os laços com sua ex-metrópole. Dessa forma, podemos perceber que no pós descolonização houve uma lacuna entre a retórica francesa, com seus ideais de republicanismo, de igualdade e de liberdade, e a realidade de uma busca sem escrúpulos por seus interesses em território africano. É nessa lacuna que está inserida a *Françafrique*.

4 A FRANÇAFRIQUE NO PÓS-GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria trouxe mudanças significativas para o cenário internacional e no que tange as relações franco-africanas não foi diferente. A onda democrática surgida com a dissolução da União Soviética teve seus efeitos sentidos na África, o que obrigou Paris a revisar alguns aspectos de sua política naquele continente. No entanto muitos pontos das relações franco-africanas permaneceram intocados.

Nesse sentido, Krosiak (2004) aponta que o Fim da Guerra Fria, o Genocídio de Ruanda, a Crise no Zaire, foram eventos impactaram nas políticas da França para a África. Essas incorreram em mudanças, mas não alteraram todos os eixos das das relações franco-africanas. No que tange às mudanças, a autora cita as estruturais, como a absorção do Ministério da Cooperação, tido por alguns líderes africanos como ministério *deles*, pelo Ministro das Relações Exteriores, o *Quai d'Orsay*. Essa fusão encontrou certa resistência, como a negativa de Chirac em 1996 por conselho de Foccart, e só se concretizara por iniciativa do primeiro ministro Lionel Jospin em 1998. Mesmo assim, segundo a autora, o Quai d'Orsay passou a interferir apenas de maneira esporádica na política africana emanada do Elysée.

Ainda segundo a autora, muitas autoridades políticas tiveram uma retórica de mudança com respeito às relações com a África. Dentre eles Alain Juppé, ministro das relações exteriores – que viria a se tornar primeiro ministro de Chirac mais tarde - do segundo governo de coabitação³¹ de François Mitterand com Eduard Balladur – e o primeiro ministro do terceiro governo de coabitação, do governo Chirac, Lionel Jospin. Esse último, juntamente com seu ministro das relações exteriores Hubert Védrine, buscou uma aproximação mais multilateral com a África.

Apesar das mudanças radicais do mundo a partir de 1990, e das interrogações que começaram a se apresentar à política da França para a África, veremos na parte final do presente capítulo que as características da *Françafrique* se perpetuam ao longo da década de 1990 e permanecem presentes na década seguinte.

³¹ Um governo de coabitação, na França, é constituído por um presidente de um partido de direita e um primeiro-ministro de um partido esquerda, ou vice-versa.

4.1 Nova Política Africana da França

O fim da Guerra Fria afetou não só os povos da Europa e dos Estados Unidos, teve também grandes efeitos na África. Depois de adaptarem-se às pressões da Guerra Fria, os países africanos tiveram de se ajustar a nova ordem mundial (THOMSON, 2000). Nesse novo contexto, também a França teve de se readaptar. Frete à crescente competição que teve de enfrentar na África, e das pressões sofridas domesticamente, aquele país viu-se impelido a modificar sua política africana (RENOU, 2002). Segundo Renou (2002), uma política nova foi então decidida na segunda metade dos anos 1990 e lançada oficialmente em 1998, após sua influência no continente estar debilitada. Essa nova política, no entanto, nada mais é do que a modernização das promessas já feitas nos anos 1980 e início dos 1990.

Gouttebrune (2002) denomina o período que se seguiu a 1994 como uma “crise de sistema”. O autor alega que, se a política francesa para a África foi um fator importante do equilíbrio relativo do mundo entre 1960 e 1989, com a queda do muro de Berlim ela perdia de uma só vez, sem o poder de gerenciar as diversas mudanças que se desenhavam, o ambiente favorável a sua ação, que permitiu colocar-se como uma terceira potência na África subsaariana no contexto de Guerra Fria. Nesse contexto, o autor alega que nenhum dirigente francês teria conseguido manter a antiga linha de política para a África.

Segundo Taylor (2010), a incorporação do Ministério da Cooperação ao Ministério das Relações Exteriores na França, em 1998, teve, além de um sentido, também um significado simbólico, o da perda de um Ministério privilegiado para as relações africanas e, portanto, de uma mudança nessas relações. A nova política africana da França passou a conter traços mais multilaterais, sendo mais integradas a organismos internacionais (TAYLOR, 2010).

No entanto como veremos a seguir, a despeito dessa nova política apontada por alguns autores, a essência da *Françafrique* persiste. A despeito da redução do Ministério da Cooperação ter mudado a natureza das relações diretas entre os chefes de Estado Francês e africanos, essa nunca foi fundamentalmente desestabilizada. Nesse sentido, ainda segundo Taylor (2010) o que houve foi uma “europeização” das relações exteriores da França, onde esse país buscou descentralizar os riscos e os custos envolvidos em suas ações na África.

4.1.1 *Pressão Democrática: Entre a Teoria e a Prática*

Durante o discurso de La Baule em 20 de junho de 1990, realizado na ocasião da Cúpula franco-africana realizada em La Baule, Mitterrand proclama um discurso que é apontado por diversos estudiosos como ponto de inflexão das relações de Paris com o continente africano (TAYLOR, 2010). Um pouco mais tarde, no mesmo ano, uma declaração sugerida pelo então secretário geral da Organização da Unidade Africana Salim Salim foi aprovada, reconhecendo a necessidade da promoção da participação popular na política além da necessidade de garantir os direitos humanos. No ano seguinte, a Comunidade Europeia também condicionou sua ajuda à democratização, além da proteção dos direitos humanos, uma imprensa livre e governos honestos (CHAPLAM, 1996).

Clapham (1996) argumenta que essa “mudança” iniciada no governo Mitterrand, conhecido por manter relações próximas com os líderes africanos, foi calculada de forma a preservar os interesses franceses na África face às mudanças no sistema internacional. Desta forma, o discurso da condicionalidade democrática ainda permitiria à França de se retirar de regiões do continente africano onde seus interesses já não exigissem mais sua presença como antes. Além disso, o autor argumenta:

“A linguagem dos direitos humanos, democracia e governança forneceram a eles [os Estados ocidentais] um discurso através do qual eles puderam aumentar seu poder de barganha com os governos africanos, e particularmente ganhar liberdade de ação que eles poderiam utilizar tanto intervir em questões que antes seriam vistas como pertencentes à esfera de política doméstica, quanto para retirarem-se do que antes eram obrigações.” (CLAPHAM, 1996, p. 198)³²

No discurso de La Baule o então presidente francês afirma que o grau de ajuda econômica ao desenvolvimento para os países daquele continente dependerá do caráter democrático de cada um. Para aqueles que se mantiveram autoritários seria concedida uma ajuda pequena se comparada com a destinada aqueles que iniciarem uma transição democrática. Com o discurso da condicionalidade democrática, muitos acreditaram que ocorreria uma mudança no caráter das relações entre a França e a África. Touati (2007) argumenta que apesar do discurso de mudança nas relações francesas com a África, é difícil estimar o envolvimento real da França na transição democrática, pois Paris continuou

³² *“The language of human rights, democracy and governance provided them [the Western States] with a discourse through which they could greatly enhance their bargaining power against African governments, and in particular gain freedom of action which they could use either to intervene in what would previously have been regarded as the sphere of domestic politics, or else to withdraw from previous obligations.”*

ditadores sem sancioná-los além de não “premiar” países que já estavam se democratizando. Esse foi o caso do Níger que em 1995 viu um golpe de Estado tirar um presidente democraticamente eleito. Nesse episódio a França ameaçou intervir, mas acabou por estabelecer relações com o golpista Colonel Ibrahim Maïnassara Baré, que se legitimou no poder através de eleições fraudulentas no ano seguinte (RENOU, 2002). Nesse sentido podemos perceber que a tolerância dos governos ditatoriais por Paris deve-se às dificuldades que encontrou em redefinir sua política africana em um contexto de mudanças no sistema internacional. Nesse contexto, a necessidade de manter a estabilidade nos países sob sua esfera de influência foi maior do que o desejo de acabar com os governos ditatoriais, o que a levou a tolerar, e até mesmo apoiar regimes ditatoriais e seus líderes (TOUATI, 2007). Segundo Merchisin (1995) a ausência de uma verdadeira estratégia de longo prazo foi, ao longo dos anos, ganhando mais consistência, e repousando na antiga natureza das relações franco-africanas: um sistema clientelista de troca de favores.

Clapham (2006) aponta a preocupação surgida com a democracia, a qual é vista pelos países ocidentais como basicamente a existência de governos escolhidos de forma livre e formado em eleições multipartidárias. O autor, no entanto, ressalta que as ex-metrópoles europeias tendiam a flexibilizar mais do que os outros países a exigência de reformas políticas. Dessa forma, aponta que principalmente em países francófonos, citando como exemplo Gabão e Camarões, a França se questionava se um novo governo seria tão favorável à “*French connexion*” quanto o antigo, preferindo não arriscar-se quando a dúvida era muito grande. Nesse contexto Verschave (2005) argumenta que com os eventos iniciados pela queda do muro de Berlim houve o que chama de “pressão democrática”, na qual os ditadores africanos foram impelidos a sujeitarem-se a eleições, o que foi respaldado pelo discurso de La Baule. No que tange a ambivalência entre discurso e prática da condicionalidade democrática, o autor argumenta que a França “organizou um sistema que funcionou de maneira quase infalível durante praticamente dez anos” (VERSCHAVE, 2005, p. 20)³³. Ele explica que esse sistema consistia na utilização do dinheiro da ajuda pública ao desenvolvimento para envio de cédulas eleitorais, envelopes e urnas transparentes, em caráter oficial, ao mesmo tempo que colaboradores de redes, ou *réseaux*, como o de Pasqua³⁴, em caráter secreto, para a instalação de um sistema informatizado para centralizar os resultados dos votos. Esse sistema acabava

³³ “[La France] a organisé un système qui a marché de manière quasi infaillible pendant presque dix ans.»

³⁴ Charles Pasqua, político que foi braço direito de Jacques Foccart, é a peça chave o que ficou conhecido como *Réseau Pasqua*. Seu *réseau*, parte da *Françafrique*, conta vários contatos na França e na África, e foi alvo de vários escândalos de corrupção, tráfico de armas e desvio de dinheiro público.

por revelar resultados inimaginados pelas populações em causa. No Camarões, entre 1990 e 1992 a ajuda econômica francesa aumentou praticamente três vezes para ajudar o regime de Paul Biya a enfrentar as eleições multipartidárias contra seu oponente John Fru Ndi, visto como uma ameaça para a França (RENOU, 2002).

Verschave aponta que a França validou pelas urnas o inverso da vontade dos povos, legitimando democraticamente os ditadores africanos, mais de cinquenta vezes entre 1991 e 2003. Conforme Renou (2002, p. 17): “Como a França fez na prática para lidar com a democratização que encorajou publicamente? Em todas as situações, ela tentou manter o status quo para preservar elites tradicionalmente pró-França no poder”³⁵. O autor sustenta ainda que a ajuda econômica para os países que se deslocavam rumo a uma organização política mais democrática, contrariamente ao discurso de Mitterand, diminuíram, como um sinal de desaprovação, enquanto a ajuda aos países ditatoriais ocorreu no sentido inverso.

O autor cita, no entanto, casos de países que conseguiram se desvencilhar dessa lógica ilegal. Nesse sentido aponta o Mali, que conseguiu tirar do poder o ditador Moussa Traoré, e o Níger que retirou Ibrahim Baré Maïssara, ditador instalado no poder por Foccart. Em ambos os casos, o que se viu foi uma ruptura de relações com a França. Aponta ainda o Senegal, onde a fraude eleitoral estava instalada há muito tempo, e o Madagascar. O primeiro país, cuja população estava farta de seu presidente corrompido, fez um sistema no qual celulares e rádios locais anunciavam o resultado de cada cédula que ia sendo retirada da urna, transmitindo ao vivo a apuração dos votos, de forma a que nenhum falso resultado pudesse ser forjado. No segundo, a população foi às ruas durante quase cinco meses para defender que o candidato democraticamente eleito tomasse posse. A inquietação da população malgaxe se deu pelo apoio que Paris estava dando ao ditador Didier Ratsiraka (VERSCHAVE, 2005).

É por isso que Clapham (1996) alega que monitores internacionais, encarregados de conferir credibilidade às eleições foram na maioria das vezes relutantes para indeferir eleições, servindo mais para mostrar a aquiescência internacional frente a manutenção de governos ilegítimos no poder do que para garantir um escrutínio livre.

³⁵ “How did France deal in practice with the democratization it had publicly encouraged? In every situation, it tried to maintain the status quo to keep traditional pro-French elites in power.”

4.1.2 *Mudanças no Campo Militar*

O sistema de relações franco-africanas criado por de Gaulle, como vimos, sobreviveu às diversas sucessões presidenciais, sendo essas de direita ou esquerda, praticamente sem mudanças até 1994. Esse ano é visto pelos estudiosos (TAYLOR, 2010; RENO, 2002; KROSLACK, 2004; GOUTTEBRUNE, 2002) como um ano de inflexão na política exterior francesa para a África.

Após o término da Guerra Fria, a França tomou várias medidas para alterar suas relações militares com a África, impelida pelo descontentamento crescente de sua presença física no continente, bem como pelos custos crescentes que vinha enfrentando. Uma dessas medidas, provinda com o fim do Ministério da Cooperação, é a centralidade do Ministério da Defesa na coordenação das missões de cooperação militar (KROSLAK, 2004).

Taylor (2010) argumenta que Paris ficou isolado tanto militar quanto diplomaticamente, exaurido com os custos políticos e econômicos de intervenções constantes para proteger seus aliados africanos. É por isso, segundo o autor, que a França não pôde mais sustentar sua supremacia na África francófona como uma característica inquestionável de sua política para aquele continente. É por essa razão que nos anos 1990 a política francesa para a África ganhou contornos mais multilaterais também no que tange as intervenções militares.

Anteriormente às reformas, o engajamento militar da França na África se dava pela cooperação militar – assistência militar como envio de armas, treinamento cooperação militar-industrial - prevista nos acordos bilaterais de cooperação e também pelo do envio de tropas. As mudanças causadas nos anos 1990 tocaram nessas características de ação, e o treinamento de tropas africanas pela França ganhou contornos mais multilaterais. Como exemplo, Paris passou a contribuir com o programa de prevenção de conflitos Organização da Unidade Africana e unir-se com aliados ocidentais, em uma tentativa de diminuir custos e e compartilhar responsabilidades. O então primeiro ministro Lionel Jospin, um dos líderes do movimento de multilateralização das relações franco-africanas, defende em 1997 que “a França não pode mais garantir sozinha a segurança de seus parceiros africanos” (KROSLAK, 2004, p. 76)³⁶.

Essa multilateralização também como resposta à vontade dos países africanos de uma maior autonomia nos assuntos securitários de seu continente, a França reorientou sua

³⁶ “France cannot assure, alone, the security of its African partners”.

cooperação militar na África, baseados em princípios multilaterais de abertura e transparência. É nesse contexto que é criada, em 1997 – e apresentada formalmente à África no ano seguinte, quando da Cúpula Franco-Africana no Louvre –, a RECAMP (*Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix*), como resultado de uma negociação com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, sob a alegação de uma preocupação com a segurança daquele continente, concomitante ao respeito à liberdade de decisão de seus Estado e da independência de ação de seus exércitos (GOUTTEBRUNE, 2002). A RECAMP age sob o mandato da Organização das Nações Unidas e procura agir em harmonia com a União Africana (nome dado a Organização da Unidade Africana a partir de 2002), visando desenvolver a capacidade de realizar ações de manutenção da paz dos países africanos.

Dessa forma, o número de tropas francesas no continente africano, na década de 1990, foi reduzido de forma gradual, acarretando também no fechamento de bases militares francesas naquele continente (vide capítulo 2) (KROSLAK, 2004). Segundo Taylor (2010) o número das tropas francesas na África diminuiu 40% durante aquela década. Tal redução deve-se ao fato de um ressentimento crescente dos países africanos frente à presença francesa em seus solos (ELA ELA, 2000 apud KROSLAK, 2004).

Taylor (2010) sugere que a política externa francesa para a África, notadamente no âmbito militar, começou a passar, na década de 1990, por um processo que denomina “europeização”. O autor explica sua posição ao demonstrar que as intervenções militares estão operando na estrutura da União Europeia e da ONU, apesar de certas exceções, como a intervenção direta em 2002 na Costa do Marfim. No entanto, críticos apontam que as ações da EUFOR (*European Force*) às vezes são ações francesas camufladas em cores europeias (TAYLOR, 2010).

A EUFOR, nas palavras de Taylor (2010) é um meio utilizado pela França de manter influência militar na África ao mesmo tempo que diminui seus gastos, bem como uma forma de relegitimar a influência francesa no continente após o fracasso de Ruanda. A EUFOR é então o nome dado à força de reação rápida, um envio temporário de tropas, que representa a posição militar comum da União Europeia frente a situações de crise. Desde sua criação, operou três vezes na África, a saber: na República Democrática do Congo, em 2006, autorizada pelas Nações Unidas a auxiliar sua própria missão de estabilização daquele país, na República Centro Africana e no Chade, em 2008. Nesse último caso, das 3.000 tropas enviadas metade era francesa, e grande parte dessas permaneceram por mais tempo no Chade

para proteger o regime do presidente Idriss Déby. Nesse contexto, Taylor (2010, p. 61) nos remete à seguinte reflexão:

“Então, a EUFOR é realmente uma missão para proteger refugiados de Darfur, assim como as pessoas desalojadas pela insurgência rebelde no Chade e no norte da República Centro Africana, ou é a projeção da influência francesa de fato utilizando a imagem (e o orçamento) da União Europeia?”³⁷

Dessa forma, percebemos uma mudança em um dos aspectos mais contestados das relações franco-africanas no pós-independências: a intervenção militar. Segundo Kroslack (2004), Ruanda foi o fracasso total para a França na África, representando um golpe para seu prestígio continental, chamando a atenção da opinião pública francesa para a política da França para a África e, por essas razões, impactando no seu desejo de continuar a intervir militarmente no continente. No entanto, o que podemos perceber é que, apesar de as intervenções na África adquirirem um caráter mais multilateral, a França liderou as ações de acordo com seus próprios interesses.

4.1.3 *Mudanças no Campo Econômico*

Também no campo econômico das relações franco-africanas houve mudanças no sentido de uma maior multilateralização. Nesse contexto insere-se a emergência da Doutrina Abidjan que apresentada pelo primeiro ministro Edouard Balladur em 1993 incorporou um novo caminho liberal nas relações econômicas com a África. A nova estrutura econômica francesa passaria a exigir a partir de então uma “boa governança econômica” – evidenciada pela assinatura de acordos desses países com o Fundo Monetário Internacional - como pré-requisito de sua ajuda para as finanças públicas dos países francófonos na África. Dessa forma, esses recorreriam primeiramente a empréstimos de instituições monetárias multilaterais e, se necessário, à França. Nesse novo contexto, a França pretendia ser o personagem intermediário entre aquelas instituições financeiras e os países africanos, sem, portanto, perder sua influência no continente (CHARILLON, 2010).

³⁷ “So, is the European Union Forces (EUFOR) really a mission to protect Darfurian refugees, as well as people displaced by the rebel insurgency in Chad and northern CAR, or is it a projection of the facto French influence utilizing the cover (and budget) of the EU?”

Um pouco mais tarde, em 11 de janeiro de 1994, a França desvalorizou o Franco CFA em 50%. Segundo Taylor (2010) tal desvalorização foi imposta pelo primeiro ministro Eduard Balladur em decorrência da pressão do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que preconizavam uma mudança na paridade monetária. Essa medida, alegavam ambas as organizações, serviria para restaurar a competitividade de exportação dos países da zona do franco. No entanto conforme Dembélé (2004), o que aconteceu com os países da zona franco foi uma onda de privatizações em todos os setores, alta o desemprego e perda no poder de compra da população. A partir de 2001, com a valorização do euro face ao dólar, houve uma valorização automática do franco CFA.

A desvalorização do franco CFA impulsionada por organismos multilaterais, alega Taylor (2010) demonstrava que os governos africanos não podiam mais contar com a ajuda financeira incondicional da França. Nesse contexto, ainda segundo esse autor, criou-se uma crise de confiança entre a França e os governos africanos, onde a parcela mais urbanizada e ocidentalizada dos povos africanos se sentiam traídos pelas consequências da desvalorização de sua moeda, pois essa diminuía seu nível de vida e mesmo a possibilidade de viagem à antiga metrópole (a desvalorização, além de diminuir o poder de compra dos povos africanos, foi precedida, em 1993, por uma restrição na distribuição de vistos).

4.2 Os eventos de Ruanda e Zaire

Touati (2007) alega que o conflito em Ruanda afetou significativamente a credibilidade francesa na África. Isso se deve ao fato de Paris ter apoiado o regime de Habyarimana desde o começo dos anos 1990 – ironicamente, ano do discurso de La Baule -, através do envio de armas – mesmo após o início dos assassinatos em massa e o embargo da ONU -, treinamento do exército genocidário ruandês entre 1990 e 1993 (COMPLICITE DE LA FRANCE, 2009) e apoio diplomático, sendo considerado cúmplice do genocídio Tutsi naquele país (DIX-HUIT ANS, 2012; GOUTTEBROUNE, 2002) pela provisão desse apoio mesmo estando a par da possibilidade de um genocídio desde o outono de 1990 (LE ROLE DE LA FRANCE, 2012) além da omissão de seu exército, presente naquele país, em intervir de forma a socorrer as vítimas do massacre (DIX-HUIT ANS, 2012). Finalmente, a *Operation Turquoise*, organizada pela França sob mandato da ONU é acusada de não ter cumprido seu papel, além de ter resgatado criminosos envolvidos no genocídio (VERSCHAVE, 1998 apud RENO, 2002).

Após os acontecimentos de Ruanda, foi o ex-Congo Belga que descreditou Paris. Esse descrédito afetou a França em três domínios. O primeiro deles é o tático, visto que Paris apoiou o governo de Mobuto enquanto os Estados Unidos e os países da África anglófona apoiavam Kabila. O segundo é o moral, pois o apoio francês ao regime de Mobuto deu-se até a sua queda. Por fim, no domínio geopolítico, pois o Zaire era tido como um elemento essencial para a presença francesa no continente (TAYLOR, 2010).

O genocídio em Ruanda acabou por aumentar a crise no Zaire e acelerar a queda de Mobuto. A fuga massiva de ruandeses para aquele país abriu precedentes para uma intervenção do governo de Ruanda – em troca de apoio à Kabila, oponente de Mobuto. Sete meses após o início dos confrontos, a despeito do apoio francês a Mobuto, Kabila sobe ao poder, em 1997 (PESNOT, 2011). Renou (2002) argumenta que a França não interveio militarmente para proteger o regime de Mobuto porque tal manobra seria “suicida”, visto que o regime do líder zaireense era mal visto internacionalmente e a guerrilha de Kabila tinha o apoio norte-americano (bem como dos vizinhos anglófonos do Zaire). No entanto, como aponta Verschave, mesmo sem um envio de tropas oficiais, a França buscou ajudar o regime de seu aliado com o envio de mercenários (VERSCHAVE, 1998 apud RENO, 2002). Mesmo assim, o governo de Mobuto foi derrubado sem que Paris pudesse fazer algo de eficaz em seu favor (GOUTTEBRUNE, 2002).

Então, com as críticas referentes à intervenção em Ruanda e com o isolamento internacional causado pela derrota de Mobuto, Chirac, já em 1995, ordena ao exército francês de desenvolver uma nova estratégia de ação, de caráter mais multilateral. Dessa forma, para evitar o envolvimento direto em guerras civis e étnicas, as operações de paz foram delegadas a organizações como a União Africana. Além disso, o exército francês, através de exercícios conjuntos, passou a treinar tropas africanas para que essas fizessem parte das missões de paz da ONU.

4.3 A Françafrrique Através dos Governos François Mitterand (segundo mandato, 1988 – 1995), Jacques Chirac (1995 – 2007), Sarkozy (2007 – 2012)

Foutoyet (2009) alega que a chegada ao poder de François Mitterand cria muita esperança, tanto na África quanto na França, pois o presidente prometia terminar com o apoio aos ditadores africanos, bem como terminar com o neocolonialismo e com o Serviço Secreto

Francês. Como sinal de mudança, Jean-Pierre Cot, militante dos direitos humanos, é nomeado ministro do Ministério da Cooperação, mas já em 1982 pede demissão de seu posto por desacordar da política africana de Mitterand³⁸. É por isso que, segundo Marchesin (1995), a política africana de Mitterand foi bastante contraditória. Ao mesmo tempo que se dizia terceiro-mundista, era empenhada na defesa do *pré carré* africano: se Jean-Pierre Cot simbolizava a mudança das relações franco-africanas, Guy Penne, encarregado de cuidar dos assuntos africanos, era o símbolo da continuidade, pois era encarregado de criar um *réseau* similar aquele de Foccart – tarefa que seria repassada ao filho do presidente, Jean-Christophe Mitterand. Também, apesar de ser do Partido Socialista, não seguiu a renegociação dos acordos militares previsto no projeto socialista, afinal, como diz Marchesini (1995, p. 21) “o socialismo de governo não é o socialismo de oposição”³⁹.

Podemos evidenciar que o discurso de La Baule e a retórica de mudanças do governo Mitterand ficou longe da prática com os escândalos que foram sendo revelados posteriormente. O maior deles, sem dúvida, foi o apoio a ao regime de Habyarimana, mas a lista é um pouco mais extensa. Outro caso de notável destaque é o que veio a ser chamado de *Angolagate*, também conhecido como “O Caso das Vendas de Armas em Angola” que, apesar de não ter resultado na renúncia de nenhum presidente, foi um grande escândalo de corrupção. Esse episódio está dentro do que Verschave (2005) chama de *Mafiafrique*, ou seja, um esquema de relações que assemelha-se à *Françafrique*, mas que depassa o campo das ex-colônias francesas. Os interesses franceses em Angola não distanciam-se muito daqueles nos países francófonos. É basicamente pelo interesse do Élysée no petróleo angolano que o *Angolagate* acontece. Verschave (2005) afirma que a França, em parceria com o grupo Elf Aquitaine (que em 2003 se fundiu com a TotalFina, formando a TotalFinaElf) armava os dois lados da guerra civil angolana afim de manter o país enfraquecido para melhorar sua capacidade de negociação do recurso mineral- e tudo isso durante – durante embargo à venda de armas emanado da ONU -. O governo negociava as armas com petróleo enquanto que a UNITA pagava com diamantes⁴⁰. Nesse esquema, André Tarallo e Alfred Sirve, ambos diretores da petroleira, apoiavam, respectivamente, o governo angolano e os rebeldes da Unita. Verschave (2005) explica ainda que a exploração de petróleo em uma determinada jazida era dividida com uma empresa americana ou britânica, em uma proporção de cerca de

³⁸ http://www.lexpress.fr/actualite/monde/afrique/l-ecart-de-jean-pierre-cot_498726.html

³⁹ « le socialisme de gouvernement n’est pas le socialisme d’opposition »

⁴⁰ <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2009/nov/01/angola-civil-war-falcone-conviction>

42,5% para essa empresa, e de 42,5% para TotalElf. O restante, o autor vai além, pertence a Falcon Oil, de Pierre Falcone, comerciante de armas, e PDG d’Enron, uma empresa de mercenários, representando 10% e 5% das explorações. O governo francês se envolve no esquema de venda de armas para Angola por solicitação do presidente Jose Eduardo dos Santos ao responsável pela África Austral do Partido Socialista, Jean Bernard Curial. Esse, por sua vez, contata Jean-Christophe Mitterand, que havia sido o responsável pela *cellule africaine* no primeiro mandato de seu pai. Desta forma Curial colocará dos Santos em contato com Falcone, o que renderá à Jean-Christophe Mitterand uma bonificação de dois milhões de euros (QUE FAIT LA FRANCE, 2008).

Jacques Chirac, eleito primeiro ministro de Mitterand nomeia em 1986 Jacques Foccart como técnico para os assuntos africanos, o mesmo Jacques Foccart nomeado por de Gaulle e que deu início à *Françafrique* e seus esquemas de clientelismo e financiamento secreto da vida política francesa (CHAZAN, 1992), onde permanecerá até sua morte em 1997. Em 1995, já eleito presidente da República, Chirac concede à Foccart a medalha de *Grand Officier* da Ordem Nacional da Legião de Honra, a mais alta condecoração francesa. No discurso da cerimônia de condecoração, Chirac demonstra sua admiração por Foccart, que leva Foutoyet (2009) a crer que Foccart foi também seu conselheiro pessoal:

“Em 1986, quando tomei posse de minhas funções à Matignon [residência oficial do primeiro ministro francês], foi naturalmente o senhor que chamei para perto de mim. Mesmo exercendo suas próprias atividades, o senhor não deixou de dirigir a célula africana ao meu lado. Também gostaria de demonstrar ao senhor hoje todo meu reconhecimento, ao senhor que compartilhou comigo seu conhecimento, mas também, mas sobretudo, seu amor pela África.” (ALLUCTION DE M. JACQUES CHIRAC, 1995)⁴¹

Gaulista em essência, Chirac também partilhava da noção de *la grandeur de la France*, e por isso tentava neutralizar as ideias dos reformistas, como sua posição contrária à fusão do Ministério da Cooperação – criado por De Gaulle por ideia de Jacques Foccart - com o Ministério das Relações Exteriores. O presidente Chirac denunciou o que chamou de “democracias impostoras” e golpes de Estado, porém, manteve relações bastante próximas com o líder togolês Gnassingbe Eyadema – que ficou no poder de 1967 até sua morte em 2005 - e o zimbabuense Mugabe – no poder desde 1987 -, ambos conhecidos por seus

⁴¹ « En 1986, lorsque je prends mes fonctions à Matignon, c’est tout naturellement que je vous appelle auprès de moi. Tout en continuant à exercer vos propres activités, vous n’avez cessé de diriger la cellule africaine placée à mes côtés. Aussi je voudrais vous dire aujourd’hui toute ma reconnaissance, à vous qui m’avez fait partager votre connaissance, mais aussi, mais surtout, votre amour de l’Afrique.»

governos autoritários e eleições duvidosas (KROSLAK,2004). Quando das eleições presidenciais no Togo, em 1998, o filho de Sylvanius Olympio, que como vimos no capítulo 2 foi assassinado por Gnassingbé Eyadéma, Gilchrist Olympio é declarado vencedor. Ignorando o resultado, Eyadéma reprime a oposição e retoma o governo do país. O episódio é descrito pela Anistia Internacional como “O Reino do Terror em um clima de Impunidade”⁴², onde acusa o governo de Eyadéma de ter executado e jogado ao mar o corpo de centenas de pessoas depois do resultados eleitorais. Chirac, declara em visita ao Togo que o relatório da Anistia poderia ser uma manipulação. Mesmo após o reconhecimento pela ONU, em 2001, do conteúdo daquele relatório, Eyadéma continuou sendo bem vindo ao Elysée (FOUTOYET, 2009). Dessa forma podemos perceber que mesmo governando em um período de mudanças, era clara a vontade de Chirac em manter o *status quo* das reações franco-africanas.

O governo Chirac passou por uma fase de multilateralização de suas relações com a África durante a coabitação com o esquerdista Lionel Jospin, o que não significou, no entanto rompimento no caráter das relações com os países africanos. Apesar de uma maior multilateralização nesse período, as relações de caráter bilateral voltaram à cena com Dominique de Villepin, primeiro ministro de Chirac entre 2005 e 2007. Villepin e Chirac tentaram reafirmar o papel da França na África através de uma atuação entre as tradicionais relações multilaterais e as reformas orquestradas por Balladur, Jupé e Jospin (KROSLAK,2004).

No que diz respeito à Nicolas Sarkozy, sua campanha política para a presidência da república prometia mudanças nas relações franco-africanas, levando muitos a acreditar que a *Françafrique* chegaria ao fim com sua eleição. Segundo Touati (2007) “Em teoria, as eleições francesas de 2007 sinalizam o potencial de mudança, pois elas colocam fim a uma geração de políticos nascidos durante a colonização”⁴³. Mas esse mesmo autor reconhece que na prática, essa teoria é muito discutível, principalmente pelo fato de o círculo político de Sarkozy estar historicamente envolvido nas relações franco-africanas.

Durante sua campanha, Sarkozy criticou a política africana de seu colega de partido Jacques Chirac, defendendo a necessidade de uma nova política entre a França e a África (TOUATI, 2007). No entanto, como demonstra Foutoyet (2009), Sarkozy, desde o início de

⁴²<http://www.amnesty.org/fr/library/asset/AFR57/003/1999/fr/a5f20d13-e1ca-11dd-b76f-b90091ac4e09/afr570031999fr.html>

⁴³ “In theory, the 2007 French elections signal the potential for change because they bring to an end a generation of politicians born during colonization”.

sua vida política, mantém relações muito próximas com figuras ativas na *Françafrique*, como, por exemplo, Charles Pasqua. Esse último, além de mentor político de Sarkozy, foi também padrinho de seu primeiro casamento.

Nicolas Sarkozy também mantém relações muito próximas com personagens da *Françafrique* na África. O principal deles é Omar Bongo que, por sugestão de Jacques Foccart, sucede Léon M’Ba, que escolhido por De Gaulle à época da independência do Gabão. Na presidência do país desde 1967, Bongo conheceu todos os presidentes da V República Francesa, e manteve-se no poder ao longo dos anos 1990 graças a fraudes eleitorais com a complacência francesa⁴⁴. Segundo Foutoyet (2009), após sua vitória, Sarkozy agradece Omar Bongo pelos conselhos que esse lhe dera. O autor cita uma entrevista⁴⁵ onde Bongo afirma conhecer Sarkozy desde os anos 1980, o que explica a proximidade de ambos a ponto de Bongo se tornar uma espécie de conselheiro de sua campanha presidencial. Segundo Foutoyet “de janeiro de 2004 até março de 2007 ele [Omar Bongo] encontrou Nicolas Sarkozy ao menos sete vezes, a maior parte delas em seu luxuoso hotel particular, em Paris.”⁴⁶

Além de Omar Bongo, outros líderes africanos foram visitar Nicolas Sarkozy durante os primeiros meses de seu mandato, vejamos três exemplos. Denis Sassou Nguesso, líder do Congo-Brazzaville entre 1979 e 1992 e de volta ao poder em 1997 (graças, segundo Foutoyet (2009), a um golpe de Estado financiado pelo grupo Elf e bancos franceses) vai a Paris em 5 julho de 2007 se reunir com o novo presidente francês. Menos de quinze dias mais tarde é a vez de Idriss Déby, presidente do Chade desde seu golpe em 1990 que acabara de modificar a constituição de seu país para perpetuar-se no poder através das já conhecidas eleições fraudadas. No ano seguinte, em 2008, acontece a primeira intervenção militar na África do governo Sarkozy, através da EUFOR, que, segundo Foutoyet (2009) salvou o presidente de uma rebelião que ganhava força no Chade. Em novembro de 2007 é a vez de François Bozizé,

⁴⁴ Exemplo dessa complacência são as eleições de dezembro de 1998, onde Robert Bourgui, conselheiro de Omar Bongo e de outros ditadores africanos, cria a Associação Internacional pela Democracia. Com o objetivo de comprovar a lisura do processo, recruta treze juristas franceses, dentre eles advogados envolvidos em escândalos como o Angolagate ou defensores de personalidades como o autodenominado imperador Bokassa. O resultado do acompanhamento dessa delegação declara transparente a reeleição de Omar Bongo (FOUTOYET, 2009).

⁴⁵ Nessa mesma entrevista o presidente gabonês revela que ambos utilizam a forma de tratamento “tu”, ao invés do tradicional “vous”, que rege todas as relações formais na França, indicando o grau de proximidade entre ambos.

⁴⁶ “De janvier 2004 à mars 2007, il a rencontré Nicolas Sarkozy au moins sept fois, la plupart du temps dans son luxueux hôtel particulier, à Paris. »

líder centro africano, no poder desde 2003, quando de seu golpe de Estado. Foutoyet (2009) aponta que também esse presidente teve auxílio francês no final de 2006 com as intervenções realizadas através de aviões Mirage uma rebelião organizada por oponentes de Bozizé (FOUTOYET, 2009), e Taylor (2010) aponta que a permanência prolongada das tropas francesas no país, oficialmente destinadas a “estabilizar a região” e auxiliar na resolução do conflito de Darfur serve na verdade a auxiliar esse presidente amigo da França (visando, claro, defender o livre fluxo de petróleo e outros recursos naturais dos vizinhos Chade e Congo para a França, bem como manter um governo amigo na República Centro Africana, país rico em urânio). Nas palavras de TAYLOR (2010, p. 61):

“O fato de Paris ter obtido êxito em representar seu papel na República Centro Africana como algo conectado com Darfur – e então ligando isso aos próprios objetivos políticos da União Europeia vis-à-vis ao Sudão – reflete uma abordagem capciosa que se encaixa muito bem às velhas tradições da *Françafrique*.”⁴⁷

Percebemos dessa forma que uma das características fundamentais da *Françafrique*, as relações pessoalizadas com líderes da África francófona, persiste até mesmo no governo do presidente que marca o fim da geração de líderes nascidos durante a colonização. Essas relações, ademais, perduram mesmo em um cenário onde as eleições fraudulentas se tornam cada vez mais claras e os presidentes, que ascenderam muitas vezes ao poder de forma ilegítima, reprimem a população enquanto desviam fundos públicos para a aquisição de patrimônio privado.

A visão de continuidade da política africana de Nicolas Sarkozy não é, no entanto, surpreendente. Ela poderia ser percebida já em julho de 2007, quando o presidente vai ao Senegal e proclama o discurso com o maior caráter neocolonial que a África já ouvira. Nesse discurso Nicolas Sarkozy condena a escravidão e todos os males da colonização, mas faz a ressalva de que o colono francês também colaborou de forma positiva na África, pois construiu hospitais, estradas, escolas, e, sobretudo, trouxe a noção de progresso para um povo cujo ideal de vida era a harmonia com a natureza e a repetição de seus dias. Para Sarkozy a colonização abriu “os corações e as mentalidades africanas ao universal e à história” (discurso de Nicolas Sarkozy em FOUTOYET, 2009)⁴⁸.

⁴⁷ “That Paris has been successful in portraying its role in CAR [Central Africa Republic] as somehow connected to Darfur – and then linking this to the EU’s [European Union] own policy goals vis-à-vis Sudan reflects a wily approach very much fitting the old traditions of *la Françafrique*”

⁴⁸ « on ouvert les cœurs et les mentalités africaines à l’universel et à l’histoire. »

4.4 Conclusão

Com o limiar da década de 1990 e as pressões democratizantes que espalharam-se pelo cenário internacional, a política francesa viu-se impelida a, ao menos formalmente, adaptar-se a essa nova realidade. Além do fim da Guerra Fria, os desafios de Ruanda e do Congo funcionaram como catalisadores da adoção de uma nova política africana pelo Elysée, tanto pelos custos políticos, quanto pelos econômicos. Como aponta Charillon (2000, p. 8), “a diplomacia multilateral tornou-se então incontornável”⁴⁹, e nesse sentido a França tentou buscar margem de manobra em um ambiente mais multilateral, mostrando sua capacidade diplomática ao defender seus interesses frente a outros países.

No entanto, a “Paristroika”, como define Renou (2002), proposta por Mitterand, condicionando a ajuda econômica à reforma democrática mostrou ser mais uma “mudança maquiada”⁵⁰ (RENOU, 2002 p. 24) para reconstituir a imagem da França na África e no cenário internacional, buscando manter seu domínio através de uma adaptação em sua diplomacia, do que uma real vontade de mudança. Confrontada com um novo contexto internacional e com desafios no continente africano, a necessidade de uma nova política para a África mostrou-se imprescindível. No entanto, essa realidade se desenhava ao passo que a necessidade de preservar seus interesses no continente africano remanesceu, o que fez com que a França se empenhasse a lidar com a África em um ambiente mais multilateral. Entretanto, apesar da multilateralização, a França continua na liderança das relações entre a UE e a África, valendo de seus organismos para agir de acordo com seus interesses.

A despeito das mudanças ocorridas na política francesa para a África, os interesses e a influência francesa nesse continente permanecem importantes. Os *réseaux* continuam a ligar o Elysée aos diversos governos africanos, e as relações entre os presidentes permanecem próximas e personalizada como sempre fora.

⁴⁹ « *La diplomatie multilatérale est donc devenue incontournable.* »

⁵⁰ “Cosmetic change”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

François Verschave (2005) descreve as relações franco-africanas como um *iceberg*. O autor alega que a maior parte da população só conhece a parte emersa dessas relações, que representa uma parte muito pequena do todo. Nessa parcela conhecida está a França amiga da África, a imagem da França “libertária” que defende e preserva o direitos dos homens, revelada ao mundo através das mídias. No entanto, o que poucos sabem, é que existe uma parte submersa desse *iceberg*, que, segundo Verschave, representa 90% das relações entre a França e a África, a *Françafrique*. O presente trabalho buscou elucidar os principais pontos dessa política sigilosa, explorando os mecanismos centrais de manutenção de controle francês sobre o imenso espaço africano.

Durante os anos de colonização as colônias africanas supriram a França com matérias-primas, serviram de espaço para a aplicação do excedente de capital francês, foram impelidas a modificar suas estruturas de forma a comportarem-se como organizado mercado consumidor para a França. Da mesma forma, as colônias faziam parte do ideal de um Império Francês, que proviam a França de maior visibilidade e poder no sistema internacional.

O investimento francês realizado na África, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura de transporte, longe de servir para a integração regional, era utilizado para o escoamento de matérias-primas destinadas à metrópole. Esse investimento atraiu centenas de sociedades, que ainda valiam-se de outras vantagens proporcionadas pelo domínio colonial, como o acesso a informações, a língua e moeda comuns. Essas sociedades cresceriam ao longo das décadas e seriam um dos fatores responsáveis pela permanência francesa na África no pós 1960.

Todas as vantagens proporcionadas à França pela colonização fizeram com que o governo de De Gaulle buscasse conceder a independência suas colônias africanas, irreversível naquele contexto, ao passo que atraía os novos líderes para debaixo de seu guarda-chuva de influência. A guerra da Indochina e, sobretudo, a guerra da Argélia haviam se mostrado muito custosas, além de deixar traumas nas relações com a França. Por isso o presidente francês resolveu fazer diferente com as demais colônias, cooptando as novas elites com a ajuda de seu braço direito, Jacques Foccart.

Além disso, o legado da colonização no continente africano deixou a porta aberta para a perpetuação da influência francesa. As ameaças domésticas e externas, somadas à ausência

de investimento produtivo, à produção que fora desenhada para suprir a metrópole a despeito das necessidades das populações locais e à falta de indústrias, deixaram os novos países livres muito dependentes do exterior. Nesse contexto a França mostrava-se o parceiro mais disponível em ajudar.

O desejo francês de manter-se influente no continente africano valeu-se do contexto da Guerra Fria, contexto no qual os Estados Unidos e a União Soviética estavam presentes no continente africano muito mais para balancear o poder do que para conter a influência francesa. Durante o período as duas potências mundiais estavam de acordo com o fato de África estar sob a influência francesa. (CHAZAN, 1992). No período a França começou uma política que denominou de *la Coopération*, com o envio de técnicos e professores ao continente africano. Ao mesmo tempo o governo francês cooptava as elites através das ações da *cellule africaine* bem como das relações personalizadas do presidente francês com os chefes de Estado africanos. Esses acabaram por acostumar-se com o tratamento especial recebido da ex-metrópole, que lhes garantia, além de privilégios econômicos, visibilidade e reconhecimento internacional.

Os mecanismos de funcionamento da *Françafrique*, nascidos na sua quase totalidade nos anos 1960, podem ser verificados ainda na atualidade. A cooptação das elites através das relações personalizadas, por exemplo, pode ser verificada em todos os governos dos anos 1990 e 2000, a despeito da pressão democrática surgida com a queda do muro de Berlim. Ainda no governo de Nicolas Sarkozy vimos o tratamento personalizado com que o presidente tratava os líderes africanos, recebendo presidentes eleitos em escrutínios fraudulentos, ou encontrando-se com eles em seus palacetes luxuosos em Paris. A presença militar, por sua vez, embora tenha desenhado contornos mais multilaterais, nunca deixou de existir, e a França continuou na liderança das intervenções europeias na África. A despeito do fechamento de bases militares nos anos 2000, duas ainda permanecem em funcionamento, além da presença de tropas francesas em outros pontos do continente. No que tange ao campo econômico, a França liderou a configuração das relações euro-africanas, de forma a que pudesse continuar a controlar as suas relações com a África ao mesmo tempo que se integrava com seus vizinhos europeus. As empresas francesas por seu turno continuam buscando seus interesses no continente africano e sendo coadjuvantes de escândalos de corrupção que aos poucos tornam-se públicos. Por fim, o franco CFA, instrumento criado ainda na época da colonização,

embora sua sigla tenha mudado de significado, continua sendo a moeda de troca entre uma quinzena de Estados africanos e controlado por Paris.

Segundo Dembélé (2004) onze países da zona do franco CFA encontram-se na lista da ONU dos Países Menos Avançados, e 90% de suas populações vivem com menos de dois dólares por dia. A situação dessas pessoas aumenta a pressão sobre a imigração ilegal, o que tem sido um desafio para os políticos franceses. Na campanha política de Nicolas Sarkozy, o candidato tratava da questão da imigração como um problema a ser resolvido. Durante seu mandato, o presidente assinou acordos com países como o Gabão e o Senegal autorizando a repatriação de imigrantes ilegais (TAYLOR, 2010). Foutoyet (2009) escrevia em 2009 que desde 2002 mais de 130.000 pessoas haviam sido expulsas da França.

Se por um lado jovens imigrantes arriscam-se muitas vezes ao se esconder entre as bagagens de um avião ou escondidos em um *container* em busca de uma vida melhor – e que independentemente da forma de entrada no país podem acabar por ser colocados à porta –, por outro existem líderes africanos que gozam de um patrimônio gigantesco desproporcional a seus salários oficiais. Os bens ligados a família do ex-presidente gabonês Omar Bongo, por exemplo, chegam a soma de 33, entre apartamentos, casas e hotéis. O periódico *Le Monde* (BERNARD, 2010) aponta como a descoberta mais extraordinária o hotel particular situado perto da rua Champs-Élysées em Paris, adquirido por 18.875,00 euros. Esse bem é associado a dois filhos de Bongo, de 13 e 16 anos, além de sua esposa, filha do presidente congolês Denis Sassou Nguesso, e do sobrinho desse mesmo presidente.

A França continua o local preferido dos líderes africanos para aplicarem as fortunas desviadas dos cofres públicos. Apesar da retórica iniciada com o final da Guerra Fria, de condicionar a ajuda francesa aos países que progredissem rumo à democracia, o que se viu na prática foi a continuidade no apoio de governos ditatoriais, que além de serem eleitos em eleições fraudadas, governam o país de acordo com seus interesses pessoais. Mitterand, autor do discurso que foi visto como o ponto de inflexão nas relações franco-africanas havia, já durante seu primeiro mandato, prometido mudanças fundamentais na reestruturação dessas relações, comprometendo-se com o desenvolvimento dos países pobres. O que se viu, no entanto, foi uma continuação da velha política, que faz vista grossa ao desrespeito dos direitos humanos e democráticos na África (RENOU, 2002).

Os presidentes que se seguiram na V República francesa deram continuação à política neocolonial africana, atingindo mesmo países que outrora não faziam parte do escopo de colônias da França – Angola, Guiné Equatorial, Ruanda, etc. A promessa dos presidentes franceses em romper com a política neocolonial é recorrente. Ela fez parte dos discursos de Mitterand, que previa mesmo a dissolução dos serviços secretos franceses, e vem até o recente governo de Sarkozy. O que se vê na prática, entretanto, é a perpetuação do clientelismo e da influência política e econômica da França no continente africano, deixando claro que a *Françafrique* é uma política de Estado.

A presença francesa no pós queda do muro e Berlim foi forçada a se transformar frente a multilateralização que caracterizou o sistema internacional no período. Apesar de uma presença mais ligada a organismos internacionais, podemos observar que o papel exercido pelo país nas relações com a África foi de liderança, mostrando seu interesse em manter o continente sob sua esfera de influência ainda é recorrente.

A França não mais perpetua-se em um cenário internacional como aquele no qual surgiu. A emergência de novos atores vem tornando-se um fator relevante no sistema internacional como um todo e na África em particular. Esse continente, onde a França viu-se durante muito tempo como ator preponderante, está sendo cada vez mais explorado por países emergentes na política mundial, como o Brasil, a Índia, China e Turquia, que veem o país como uma terra de oportunidades. Além de realizar cúpulas semelhantes às aquelas que a França promove com o continente africano, esses países vem investindo massivamente na África.

Nos últimos anos a ajuda dos países emergentes à África tem aumentado significativamente mais do que a ajuda oferecida pelos países do G7, mostrando que os países africanos contam com opções financeiras além do tradicional campo europeu (GELB, 2005; PELLEGRINI, 2012). Certamente a ação desses países não é suscitada unicamente por razões altruístas, mas é verdade que o caráter do relacionamento entre as partes é motivado por uma cooperação estratégica, na qual ambas as partes podem ganhar. A cooperação Sul-Sul pode não alterar significativamente a influência dos países do Norte na África no curto prazo, mas certamente propicia aos países africanos um maior poder de barganha frente à ingerência tradicional de certos países, como a França (GELB 2005). Ao mesmo tempo, essa cooperação age gradativamente no sentido a amenizar gargalos estruturais e produtivos, uma das principais possibilidades de ação de políticas como a *Françafrique*.

Como afirma Visentini (2007b) a construção do Estado-nação pelos países africanos foi distorcida “pela permanência das estruturas coloniais, através do neocolonialismo e, geralmente, da implantação de Estados inviáveis política e economicamente” (VISENTINI, 2007b, p. 221). Apesar de todos os problemas enfrentados pelo continente, como a corrupção, a pobreza e a ingerência externa, o autor nos lembra que o processo de construção dos Estados africanos ainda é muito recente, e não difere da construção dos demais Estados-nação, que também passaram por dificuldades para afirmarem-se interna e internacionalmente. Nesse contexto podemos salientar a participação da juventude africana, maior parcela da população do continente, que cresceu em um contexto de mudança e que tem se levantado contra os problemas de seus países, seja através da conscientização das massas pela música, seja pelas manifestações e encontros internacionais. A África prepara-se para uma nova independência, que cedo ou tarde se tornará real.

6 REFERÊNCIAS

LIVROS:

AGGOUN, Lounis. RIVOIRE, Jean-Baptiste. França/Algeria : **Crimes et Mensonges d'États**. Histoire de la Guerre d'indépendance a la « troisième guerre » d'Algerie. Paris : Editions La Decouverte, 2005.

AMIN, Samir. **L'échange inégal et la loi de la valeur**. Paris : Editions Anthropos, 1973.

ARNAUT, Jaques. **Procès du Colonialisme**. Paris: Les Essais de la N. C., 1958.

BOAHEN, A. Adu. **O Colonialismo na África: Impacto e Significação**. In: História Geral da África, VIII. África desde 1935. São Carlos: UNESCO Representação no Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf> Acesso: 22/09/2012.

CARVALHO, Platão Eugênio. **Neocolonialismo, a Expansão Imperialista do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAZAN, Naomi ; MORTIMER, Robert ; RAVGNHILL, John ; ROTHCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CLAPHAM, Christoher. **Africa and the International System**. The Politics of State Survival. Cambridge: Cambridge University press, 1996.

FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências, século XIII a XX**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2002.

FOUTOYET, Samuël. **Nicolas Sarkozy ou la Françafrique décomplexée**. Bruxelles: Éditions Tribord, 2009.

GELB, Stephen. **South-South Investment: The case of Africa**. In: TEUNISSEN, Jan; AKKERMAN, Age. Africa in the World Economy. The National, Regional and International Challenges. The Hague: Fondad, 2005.

GRANVAUD, Raphael. **Que fait l'armée française en Afrique ?** Paris : Agone, 2009.

KIWANUKA, Semakula. **From Colonialism to Independence**. A Reappraisal of Colonial Policies & African Reactions, 1870-1960. Nairobi: Kenya Literature Beureau, 1972. Disponível em: <http://multiworldindia.org/wp-content/uploads/2010/05/kiwanuka1.pdf> Acesso: 22/09/2012.

KROSLAK, Daniela. **France's policy towards Africa: Continuity or Change?** In TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. Africa in International Politics: External Involvement on the Continent. London/New York: Routledge, 2004.

LEFREUVRE, Daniel. **Pour en finir avec la repentance coloniale**. Paris: Flammarion 2008.

MARSEILLE, Jacques. **Empire Colonial et Capitalisme Français. Histoire d'un divorce.** Paris: Albin Michel, 1985.

MAZRUI, Ali A., “**Procurai primeiramente o reino político**”. In: História Geral da África, VIII. África desde 1935. São Carlos: UNESCO Representação no Brasil, 2010.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>

Acessado em: 22/09/2012.

PESNOT, Patrick. **Les dessous de la Françafrique.** Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011.

POERNER, Arthur José. **Argélia: o Caminho da Independência.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

RIBEIRO, Luiz Dario T. **Da Conquista Européia à Descolonização.** In: Breve História da África. VISENTINI, Paulo G. F. ; Ribeiro, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. **A África Ocidental.** In: História Geral da África, VIII. África desde 1935. São Carlos: UNESCO Representação no Brasil, 2010.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>

Acessado em: 22/09/2012.

TAYLOR, Ian. **International Relations of Sub-Saharan Africa.** London/New York:, Continuum 2010.

THOMSON, Alex. **An introduction to African Politics.** New York: Routledge, 2000.

VERSCHAVE, François-Xavier, **La Françafrique : Le plus long scandale de la République.** Paris, Stock, 1998

VERSCHAVE, François-Xavier, **De la Françafrique à la Mafrafrique.** Bruxelas: Éditions Tribord, 2005.

VISENTINI, Paulo G.F. **A África Independente e a Guerra Fria.** In: Breve História da África. VISENTINI, Paulo G. F. ; Ribeiro, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007a.

VISENTINI, Paulo G.F. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis: Vozes, 2007b.

YAZBEK, Mustafa. **Argélia: A Guerra e a Independência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ARTIGOS:

BAKUMA, Jean. **Dévaluation du Franc CFA et Exportations de Bois des Pays Africains de la Zone Franc,** 1999.

Disponível em : http://region-developpement.univ-tln.fr/fr/pdf/R10/R10_Bakouma.pdf

Acesso: 03/11/2012

CAPRON, Michel. **De la Françafrique à la responsabilité sociale des entreprises.** Les dynamiques entre les firmes, l'Etat et les mouvements sociaux en France. Institut de recherche des Nations Unies pour le développement social, 2009

Disponível em :

[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpPublications\)/10BBD206F67B90C3C12576A2004AF98C?OpenDocument&language=fr](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpPublications)/10BBD206F67B90C3C12576A2004AF98C?OpenDocument&language=fr)

Acesso: 16/10/2012

ELA ELA, Emmanuel. **La nouvelle Politique de Coopération Militaire de la France en Afrique,** Défense Nationale, 56 2: 86-100, 2000.

Disponível em :

http://www.defnat.fr/site_fr/archives/res_auteurs.php?cpage=2&caut=162

Acesso: 05/09/2012

ELVINGER, Marc. **De Yaoundé à Lomé IV.** Revista online Fórum, edição 106. Luxemburgo, 1988.

Disponível em: http://www.forum.lu/pdf/artikel/2175_106_Elvinger.pdf

Acesso: 16/10/2012

GREER, Scott. **Chacun pour soi.** Africa and the French state 1958-1998. Evanston, 2000.

Disponível em: <http://www.northwestern.edu/african-studies/docs/working-papers/wp6greer.pdf>

Acesso: 06/11/2012

GOUTTEBRUNE, François. **La France et l'Afrique : le crépuscule d'une ambition stratégique?**, 2002.

Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_2002_num_67_4_5246>

Acesso 15/10/2012.

HUILLERY, Elise. **Histoire Coloniale, Développement et Inégalités dans l'Ancienne Afrique Occidentale Française.** Tese de doutorado. L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2008. Disponível em:

<http://piketty.pse.ens.fr/fichiers/enseig/memothes/TheseHuillery2008.pdf>.

Acesso: 10/09/2012.

HUILLERY, Elise. **Colonisation and Development in the Former French West Africa: The Long-term Impact of the Colonial Public Policy.** Trabalho de doutoramento do Développement Institutions & Analysis de Long Terme, 2006.

Disponível em : http://www.dial.prd.fr/dial_publications/PDF/Doc_travail/2006-12.pdf

Acesso: 14/09/2012.

LEWIS, Martin D. **One Hundred Million Frenchmen: The "Assimilation" Theory in French Colonial Policy.** Source: Comparative Studies in Society and History, Vol. 4, No. 2, pp. 129-153. Cambridge: Cambridge University Press, 1962. Disponível em:

<http://hia.squarespace.com/storage/Lewis%20-%20Assimilation%20Theory.pdf>

Acesso: 29/09/2012

MARCHESIN, Philippe. **Mitterand l'African**, 1995. Disponível em: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/polaf/pdf/058005.pdf
Acesso: 06/11/2012

RENOU, Xavier. **A New French Policy for Africa?** *Oxfordshire*: Carfax Publishing, 2002. Disponível em: http://www.fpvmv.umb.sk/kmvd/storage/File/Predmety/Bajzikova/Renou_New%20French%20Policy%20for%20Africa.pdf
Acesso: 10/11/2012

TOUATI, Sylvain. **French foreign policy in Africa: between pré-carré and multilateralism**. Londres: The Chatam House, 2007. Disponível em <<http://www.chathamhouse.org/>>
Acesso: 15/09/2012

MEIO ELETRÔNICO:

ALLUCTION DE M. JACQUES CHIRAC, Président de la République, sur la carrière politique de Jacques Foccart et son Rôle dans la Politique Africaine de la France, 1995. Disponível em : <http://lesdiscours.vie-publique.fr/pdf/957014200.pdf>
Acesso: 04/11/2012

BERNARD, Philippe. **L'arrêt sur les biens mal acquis ouvre des perspectives pour les ONG anticorruption**, 2010. Disponível em : http://www.lemonde.fr/afrique/article/2010/11/09/l-arret-sur-les-biens-mal-acquis-ouvre-des-perspectives-pour-les-ong-anticorruption_1437787_3212.html
Acesso: 02/12/2012

BIYIDI, Odile ; GRANYAUD Raphaël; TARRIT Fabrice , WATTENBERG Antonin Wattenberg, CHAREUTON Alexis, THIMONIE Olivier. **La France colonial d'hier et d'aujourd'hui**. Paris: Survie, 2006. Disponível em: http://survie.org/IMG/pdf_brochure_Survie._La_France_coloniale_d_hier_et_d_aujourd_hui._v2006.pdf
Acesso : 10/10/2012

CHARILLON, Frédéric. **La Loyauté dans les Relations Internationales**, 2000. Disponível em: <http://www.afsp.msh-paris.fr/archives/archivessei/loyaute/Charillon.pdf>
Acesso: 19/11/2012.

COMPLICITE DE LA FRANCE dans le génocide des Tutsi du Rwanda 15 ans d'impunité, 2009. Disponível em : http://survie.org/IMG/pdf/Survie_4_pages_Rwanda.pdf
Acesso: 05/11/2012

DEMBÉLÉ, Demba M. **Mauvais comptes du franc CFA**, 2004. Disponível em : <http://www.monde-diplomatique.fr/2004/06/DEMBELE/11371>
Acesso: 31/10/2012.

DIX-HUIT ANS après le génocide, la France toujours complice, 2012.

Disponível em : <http://survie.org/billets-d-afrique/2012/212-avril-2012/article/dix-huit-ans-apres-le-genocide-la>
 Acesso: 02/11/2012

LE FRANC CFA, un outil de contrôle politique et économique sur les pays africains de la zone franc. 2010a.

Disponível em: <http://survie.org/francafrique/colonialisme/article/le-franc-cfa-un-outil-de-contrôle>
 Acesso: 02/11/2012

LE ROLE DE LA FRANCE au Rwanda, 2012.

Disponível em : <http://survie.org/genocide/historique-et-declenchement/article/le-role-de-la-france-au-rwanda>
 Acesso: 02/11/2012

LES ENTREPRISES FRANÇAISES en Afrique. Pillage contre transparence. 2010b.

Disponível em : <http://survie.org/francafrique/diplomatie-business-et-dictatures/article/les-entreprises-francaises-en>
 Acesso: 02/11/2012

MONGA, Célestin. Macroéconomie du masochisme. In : survie.org., 2008.

<http://survie.org/billets-d-afrique/2008/173-octobre-2008/article/macroeconomie-du-masochisme>
 Acesso: 03/11/2012

PELLEGRINI, Marcelo. Com Brics, africanos deixam de ser ‘coitados’, 2012.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/com-brics-africanos-deixam-de-ser-coitados/> ,
 Acesso: 27/12/2012

QUE FAIT LA FRANCE en Angola(gate) ? 2008.

Disponível em : http://survie.org/IMG/pdf_4Pages_Angolagatenov_08.pdf
 Acesso: 07/11/2012

WOOTEN, Sphen. **The French in West Africa: Early Contact to Independence**. Department of Anthropology University of Illinois-Urbana-Champaign, 1993. Disponível em http://www.africa.upenn.edu/K-12/French_16178.html.
 Acesso em 13/09/2012.

UFIP. Union Française des Industries Pétrolières, 2009.

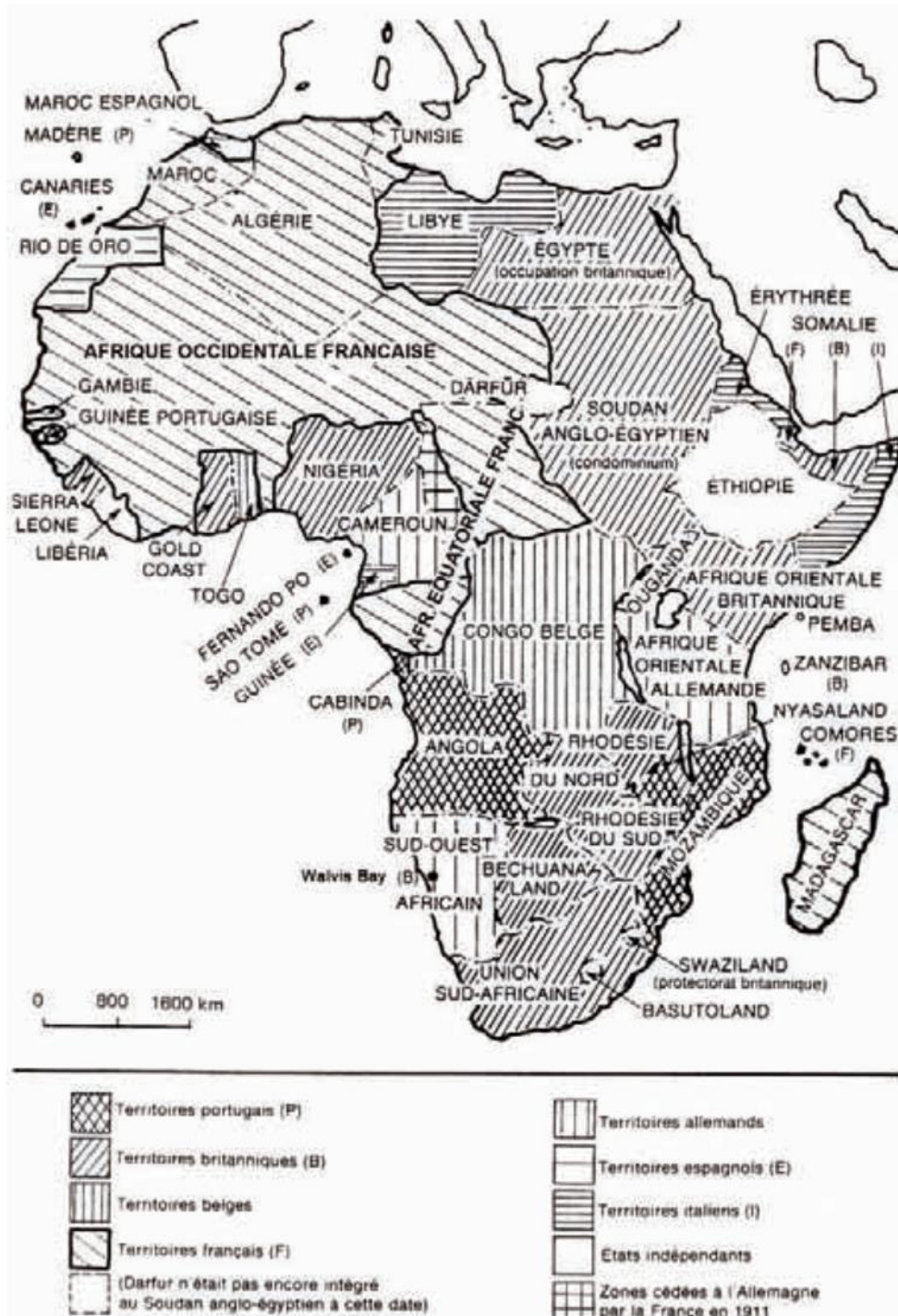
Disponível em:
http://www.ufip.fr/?rubrique=1&ss_rubrique=594&inner=595&ss_inner=596&id=d_15

SITES RELEVANTES:

survie.org

7 ANEXOS

ANEXO 1: A ÁFRICA EM 1914



Fonte: OLIVIER, R.; FAGE J.D. *A short history of Africa*. Harmondsworth: Penguin, 1962 apud BIYIDI, 2006, p. 6.

ANEXO 2: Cronologia das independências das colônias do Império Francês.

Estado	Data da Independência	Potência Colonial	Notas
Marrocos	2/III/1956	França	
Tunísia	20/III/1956	França	
Guiné	2/X/1958	França	(Guiné Francesa)
Camarões	1/I/1960	França	Tutela da ONU. Maior parte da antiga colônia alemã do <i>Kamerun</i> .
Togo	27/IV/1960	França	Tutela da ONU. Maior parte da antiga colônia alemã do Togo.
Senegal	20/VI/1960 (20/VIII/1960)	França	Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o antigo Sudão Francês (Mali). Federação dissolvida após dois meses de existência. União com a Gâmbia na Confederação da Senegâmbia em 1/I/1982. Dissolução da Confederação em 21/IX/1989.
Mali	20/VI/1960	França	(Sudão Francês) Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o Senegal. Federação dissolvida após dois meses de existência.
Madagascar	26/VI/1960 (30/VI/1960)	França	(República Malgache)
Benin	1/VIII/1960	França	Antigo Daomé, mudou de nome em 30/XI/1975.
Níger	3/VIII/1960	França	
Burkina Fasso	5/VIII/1960	França	Antigo Alto-Volta, mudou de nome em 4/VIII/1984.
Costa do Marfim	7/VIII/1960	França	
Chade	11/VIII/1960	França	(Oubangui-Chari) Império Centro-Africano de 4/XII/1976 a 20/IX/1979.
República Centro-Africana	13/VIII/1960		
Congo-Brazzaville	15/VIII/1960	França	(Médio Congo)
Gabão	17/VIII/1960	França	
Argélia	3/VII/1962	França	
Comores	6/VII/1975	França	(Arquipélago de Comores) Excetuando-se a Ilha de Mayotte que permanece um território francês de além-mar.
Jibuti	27/VI/1977	França	(Território Francês dos Afars e dos Issas, outrora Costa Francesa dos Somális)

Fonte: adaptação da tabela de MAZRUI, 2010, p. 128-131.